

CEDI - P. I. B.
DATA 23/02/99
COD. QL D00024

PROJETO ESTUDO SOBRE TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL
MUSEU NACIONAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO SURVEY REALIZADO EM
JANEIRO E FEVEREIRO DE 1988 JUNTO AOS GRUPOS ÉTNICOS
TAPEBA (MUNICÍPIO DE CAUCAIA) E TREMEMBÊ (ALMOFALA,
MUNICÍPIO DE ITAREMA) NO ESTADO DO CEARÁ

CARLOS GUILHERME OCTAVIANO DO VALLE

E

HENYO TRINDADE BARRETTO FILHO

APRESENTAÇÃO

O que se segue é o resultado da fase em que se encontra atualmente a redação do "Relatório de Atividades do Survey Realizado em Janeiro e Fevereiro de 1988 Junto aos Grupos Étnicos Tapeba — do Município de Caucaia — e Tremembé — de Almo fala, Distrito do Município de Itarema — no Estado do Ceará".

Desde que retornamos do período de pesquisa na área, nos preocupamos em como dar forma à apresentação final escrita do trabalho desenvolvido, tanto em termos de um simples relatório de atividades, quanto de textos analíticos de desenvolvimento posterior. Acordou-se que todo e qualquer trabalho escrito que se quisesse pensar em conjunto deveria ser entregue a quatro mãos em função de implicações teórico-metodológicas graves. Um trabalho que em campo (apesar de em seus desdobramentos práticos ter implicado que os dois pesquisadores envolvidos tivessem em dado momento realizado o levantamento em áreas diferentes) foi vivido, pensado e discutido em conjunto, cujos mesmos problemas de encaminhamento foram sentido por ambos, e cujas implicações metodológicas dos limites e possibilidades do trabalho foram — e são — as mesmas para ambos, deveria se refletir num relatório qualificativo das informações e do andamento de fato da pesquisa, único. Nisso concordamos.

Por isso entendemos que o texto, ou melhor, os textos que se seguem não são ainda o resultado final do nosso esforço de sistematização, sendo, antes, a etapa atual em que se encontra este nosso trabalho. Isso se deve à dinâmica de redação que decidimos assumir desde o primeiro dia em que senta

mos para discutir a elaboração deste "Relatório de Atividades". Colocava-se para nós uma série de exigências.

A primeira diz respeito ao fato de, para começar, dar liberdade à redação para ambos os pesquisadores envolvidos, nos permitindo desenvolver cada um, um texto individual. Outra exigência diz respeito ao fato dos pesquisadores envolvidos encontrarem-se em momentos diferentes da sua formação acadêmica e do cotidiano da prática de pesquisa científica. Fazia-se necessário, então, escrever dois relatórios, lê-los, discuti-los, comentá-los e chegar a um denominador comum. O fato de um dos pesquisadores estar cursando mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional - UFRJ, e do outro estar se preparando para o exame de seleção para o mestrado da mesma instituição (já que está claro que a continuidade da formação acadêmica e teórica a nível de pós-graduação se relaciona com o aperfeiçoamento dos pesquisadores para constituir uma equipe capacitada dentro do próprio P.E.T.I., ou seja, uma exigência que surge naturalmente da preocupação com a formação de uma equipe de pesquisa), fez com que a dinâmica que havíamos decidido assumir se caracterizasse pelo lento desenvolvimento.

Em momento algum, passou por nós, a idéia de entregar um trabalho desconexo. O espírito de unidade continua como horizonte para aperfeiçoamento da redação deste "Relatório de Atividades". Apesar dos estilos diferentes de redação e de privilégios diferenciados a fatos e pormenores no encaminhamento do trabalho em área, pode-se detectar a unidade destes textos, que caminham para um texto único, nas preocupações com a meto

dologia, a qualificação das informações e o porque da pesquisa ter-se encaminhado no sentido que tomou de fato. As preocupações com a qualificação dos dados e dos rumos que a pesquisa tomou, marcam a unidade deste esforço de sistematização que, longe do que se pode crer, foi e é um esforço de equipe, que apresenta aqui seu resultado parcial.

INTRODUÇÃO

O presente relatório constitui-se em texto preliminar elaborado a partir das atividades realizadas no período de janeiro/fevereiro de 1988 para levantamento de dados na forma de survey por Carlos Guilherme Octaviano do Valle e Henyo Trindade Barretto Filho e que visava completar a "Ficha para coleta de dados sobre terras indígenas" que foi usada nas áreas indígenas Tapeba, em Caucaia, e Tremembé, em Almofala, Estado do Ceará.

O levantamento de dados básicos com a ficha-questionário tinha como objetivo ser realizado em duas regiões distintas: no Nordeste — Estado do Ceará (grupos étnicos Tapeba e Tremembé), e no Alto Solimões (grupos étnicos Kocama e Ticuna). É intenção do PETI a elaboração de ficha cadastro que consiga mapear os dados básicos da situação real das terras indígenas no Brasil, caso a caso. A viagem para regiões distintas pode servir à sistematização comparativa dos dados coletados pois representa o esforço de avaliação de unidade de pesquisa que possa ser utilizada genericamente por todo o Brasil.

Dessa forma, os pesquisadores Rogério Santos Victor e Sidnei Clemente Peres efetuaram o survey na região do Alto Solimões. Enquanto, no Nordeste, especificamente no Ceará, os pesquisadores supracitados realizaram o mesmo tipo de atividade.

Há de se considerar novamente que o seguinte relatório elaborado ainda está para ser discutido com maior precisão pela equipe, na configuração de um texto final. As páginas que se seguem envolvem o esforço de dar conta da complexidade do

contexto social específico de cada área percorrida. É preciso ressaltar que foi o reconhecimento inicial do cotidiano e da problemática de grupos étnicos por parte desses pesquisadores, o que justifica precisamente a necessidade de elaboração de um texto definitivo, a cargo dos dois pesquisadores envolvidos no survey.

ATIVIDADES DE PESQUISA

Carlos Guilherme Octaviano do Valle

PARTE I

O relatório está dividido em duas seções. Na primeira parte exponho as atividades de forma mais factual, tentando colocar as questões relevantes para cada área percorrida. No caso, introduzo os dados a partir da panorâmica local, de situações sociais específicas como reuniões, visitas e do percurso das viagens de reconhecimento. Os diversos fatos sociais e emergem no texto como se ele fosse um roteiro a ser percorrido. Eles precisam ser remetidos à segunda parte, que é alimentada pela primeira. Então, se a seguir temos quase uma descrição etnográfica, na outra divisão existe a problematização da prática de survey e da ficha-questionário que usamos como parte do levantamento de dados.

A cronologia dos fatos não fica dispersa pois está referida nas duas partes. Ela serve como ordenação do que foi feito e segue, na seqüência da descrição do momento inicial até o último dia de estadia no Ceará. Porém, as datas e fatos aparecem de acordo com o procedimento na elaboração do texto.

* * *

Chegamos na madrugada do dia 27 de dezembro de 1987 e fomos recebidos pelo advogado Raimundo Sérgio de Barros Lei

tão da Equipe da Pastoral da Arquidiocese de Fortaleza. Fomos direto para o Seminário da Prainha onde seríamos hospedados por todo o período de estadia no Ceará.

Nossa programação antecipada pretendia cumprir o roteiro de instituições de ensino e pesquisa da cidade e também órgãos públicos, estaduais, municipais e da União para coletar dados básicos como censos estatísticos, mapas ao milionésimo de municípios e outras informações de cunho histórico ou etnológico. Talvez, esse garimpo de registros oficiais servisse para o levantamento de dados oficiais mais genéricos que não existissem ao nível da pesquisa de campo. Nesse caso, esperávamos ficar coletando material de documentação durante uma semana em Fortaleza. Além de iniciar os contatos com pessoas relacionadas com os grupos étnicos que estudaríamos e também com indigenistas do Ceará.

Na medida em que o pesquisador Henyo Trindade Barreto Filho havia permanecido entre os índios Tapeba no ano anterior, esperamos chegar com mais facilidade a esse grupo étnico. Ainda mais, a Equipe da Pastoral da Arquidiocese de Fortaleza, que atua em Caucaia com os Tapeba, nos apoiava e o próprio município de Caucaia se localiza muito próximo de Fortaleza (15 km), o que gerava uma segurança em termos de locomoção e entrada em campo. Marcamos de imediato com Sérgio para que fôssemos logo no dia 29 a Caucaia, nas localidades de Vila Nova, Ponte 1 e Ponte 2.

Porém, na segunda-feira, dia 28, encontramos com Maria Amélia Leite e Maria Leônia que conhecem os Tremembês de Almofala, distrito de Starema que dista 230 km de Fortaleza.

Maria Amélia descreveu sumariamente a área, da maneira que percorreu e por ela se interessou. Mostrou-nos mapas do município de Itarema, de Acaraú e da vila de Almofala, peguena se de do distrito homônimo. A situação mostrada por ela parecia complexa e dispenderia bastante trabalho no levantamento. Ela indicou o nome de pessoas também relacionadas direta ou indiretamente com os Tremembé e com Almofala e assim resolvemos telefonar o mais rápido possível para o fotógrafo Marcos Guilherme, que percorre a região há mais de 10 anos, inclusive fazendo atualmente uma pesquisa de etnofotografia para a FUNARTE. Marcamos um encontro para o dia seguinte, terça-feira, 29 de dezembro.

Nesse dia tínhamos a primeira visita aos Tapeba em Caucaia e depois, à tarde e à noite, respectivamente, encontramos Marcos Guilherme e o sociólogo César Barreira, chefe do mestrado de Sociologia da UFC.

Henry e eu nos encontramos com o Sérgio e pegamos um ônibus intermunicipal em direção a Caucaia. Às 10:00 da manhã chegamos na Vila Nova. O sol estava a pino, num calor estuendo — mais de 40° C. Henry percebeu o aumento do número de casas. O lugar era muito pobre. Crianças descalças andavam pela rua de terra, transversal à BR-222. Fomos à casa do Chico Bento que fazia redes, num tear de madeira muito simples. Conversamos sobre os problemas da Associação do Rio Ceará que agraga brancos e Tapebas. A invasão dos terrenos foi colocada como problema eminente, pela chegada diária de novas famílias. A situação da Vila Nova estava ameaçada pelo aumento da concentração populacional e das pressões das indústrias Cerapeles e

da TBA, alocadas logo atrás das casas da vila. Chico Bento con
tou-nos do aparecimento recente de pessoas interessadas em pres
tar assistência àquela comunidade, como o Dr. Murilo.

Resolvemos seguir para a Ponte 1 e 2 que ficam a 200
metros da Vila Nova, seguindo a rodovia. São duas vilas situa
das em ambos os lados da auto-estrada. Antes de sairmos da Vi
la Nova, percebemos o clima tenso quando apareceu o Sebastião
Inseto que foi esfaqueado e ainda estava jurado de morte. Ele
pedia auxílio do Sérgio e da Arquidiocese enquanto os carros
não paravam de passar pela pista, alheios ao drama que vivía
mos.

No entanto, tivemos boa acolhida por parte dos Tape
ba das Pontes. Ali também o número de casas aumentou e o con
flito estava grave entre Tapebas, antigos moradores, e os inva
sores. Raimundo se queixava, ao mesmo tempo que, solícito, nos
recebia. A tensão estava no ar junto com a acolhida. Alberto
parecia estar enraivecido com o atentado sofrido por outro Ta
peba, o Fernando, também esfaqueado nas costas e no abdomem.
Raimunda reclamava dos "maconheiros" que montaram um cabaré nu
ma casa na Ponte 1. Essa casa era da Associação do Rio Ceará
e eles se queixavam da venda ilegal feita pelo Tapeba que nela
residia. Questionavam o direito desse Tapeba vender a casa
que era da comunidade, além do mais para brancos mal reputados.
A violência era claramente expressa pelos discursos.

Seguimos para a Ponte 1 e encontramos outras pessoas.
Percebi o confronto latente que havia entre os novos moradores,
considerados já como invasores e os antigos moradores, Tapebas
e brancos, que reclamavam do direito de propriedade local. O

advogado Sérgio era consultado e prometia auxílio jurídico por parte da Arquidiocese de Fortaleza. Sua intervenção era sempre solicitada pelos Tapebas e membros da Associação do Rio Ceará. Além do conflito da terra ocupada, a presença de entidades assistenciais privadas era questionada pelo advogado. Na Ponte 1 havia uma creche em construção feita pela Fundação São Judas Tadeu, de quem ainda falaremos mais adiante.

À tarde do dia 29 conhecemos o fotógrafo Marcos Guilherme. Maria Amélia e Sonia nos acompanharam. O fotógrafo mostrou-nos farto material de pesquisa realizada por ele sobre Almofala, que incluía teses, monografia e até um levantamento domiciliar de ampla região do distrito (a fonte era a SUCAM). Exibiu seu trabalho fotográfico, de grande expressividade.

Foi decidido que iríamos passar os dias 1, 2 e 3 de janeiro em Almofala, Maria Amélia e Marcos Guilherme serviriam de guias e nos apresentariam toda a comunidade, da praia até a Varjota, do outro lado do rio Aracati. Combinamos viajar no ônibus de 7:00 da manhã do dia primeiro.

No dia 30, pegamos o ônibus para Caucaia. Íamos à reunião da Comissão Geral da Associação do Rio Ceará na Vila Nova, onde estivemos no dia anterior. Eram 14:00 horas e o sol atordoava. Saltamos na estrada, que podia ser encoberta pela terra ou pela areia se não fosse o movimento constante dos veículos. Mal atravessamos a pista, um Chevrolet de luxo chegava na rua calçada de areia. O carro ia na mesma direção: à casa de Chico Bento. Na porta, pessoas conversavam. Lá estavam o advogado Sérgio, da Pastoral; o próprio Chico Bento, e Dr. Murilo, médico, presidente da Fundação São Judas Tadeu, que

iria negociar o estabelecimento de creche e assistência médica na localidade. No carro, ficava a mulher do Dr. Murilo, ---- nha. Logo depois também chegaram alguns funcionários da Secretaria de Ação Social do Estado do Ceará, três mulheres e um ho mem.

Ficamos à certa distância, sem nos confundirmos com o grupo e com Dr. Murilo, enquanto eles conversavam com o adv gado, que não deixou de nos apresentar. Então, o médico veio nos cumprimentar, com curiosidade e expectativa. Os funcioná rios do governo ficaram próximo do tear de Chico Bento, pedin do informações dos projetos econômicos que os Tapeba executa tam ou pretendiam junto com a Arquidiocese de Fortaleza.

Sérgio expunha sobre a situação social da comunidade, avaliando o problema da terra, de sua propriedade e da especi ficidade indígena dos Tapeba. O funcionário perguntava mais e também disse da precariedade da implantação de uma área indíge^{na} na de 2000 ha na região periférica de Fortaleza. Para ele, os Tapeba já estavam interagindo com a comunidade branca, sócio-economicamente, o que implicaria dificuldades na aprovação de uma área indígena em Caucaia. Alberto, Raimunda e Chico Bento falavam mais e sempre relatavam das dificuldades que passavam e das invasões sucessivas da terra por posseiros.

Os funcionários fizeram promessas de assistência e de implementação de projetos econômicos à Associação local. Dr. Murilo fez o mesmo. Henyo e eu ouv íamos, calados, sem opinar, e desvíamos quando o funcionário pretendeu sugerir o nosso pa recer antropológico. Às vezes, eu anotava no caderno, o que me fazia notar às pessoas, pois tangenciava os discursos, fa

zendo-me suspeito. Todos os elementos presentes marcavam posições, e nessa situação de confronto até mesmo nós estávamos incluídos.

Logo depois, iniciou-se a reunião da Associação do Rio Ceará onde as questões locais iriam ser levantadas. Foi discutida a venda de uma casa feita pelo Zequinha que tinha recebido em troca uma bicicleta e um aparelho de som. Todos argumentavam, admitindo que a propriedade era da Associação, que a conseguiu por intermédio da Arquidiocese. Quem se destacava era o Chico Bento, numa posição carismática, de liderança que investia nas suas colocações e argumentos — fazia o movimento do olhar, junto da palavra, esperando conformidade. Alberto raciocinava sobre possíveis perigos de tratar o caso juridicamente. O advogado tentava traduzir os procedimentos normais da via jurídica para resolver aquele caso, também sugerindo as limitações de justiça em resolver completamente todas as infrações.

A viagem para Almofala

Na sexta-feira, dia 1, fomos para Almofala com Maria Amélia e Marcos Guilherme. Pegamos o ônibus, o qual demora seis horas até essa cidade (136 km de Fortaleza). Almofala é um distrito do município de Itarema e se localiza bem próximo do mar. Sua população compreende brancos e índios Tremembé.

As atividades econômicas mais articuladas são a pesca e a exploração dos coqueirais, cujos frutos servem para a proveitamento industrial. A empresa Du Côco tem uma grande pro

priedade na região próxima da vila da Varjota do Lourival, localidade que teve grave conflito de terra e cuja comunidade retém hoje o usucapião coletivo da terra (397 ha).

O distrito é composto por diversas comunidades não centralizadas como numa aldeia, porém que se aproximam à microrregiões delimitadas classificatoriamente pelos moradores. A atuação da SUCAM também se apóia nesse tipo de classificação geográfica e conseguimos obter informações a respeito do número de prédios e de habitantes por vila, que foram registrados pelos agentes da SUCAM em Almofala. As famílias nucleares costumam cultivar produtos básicos como o feijão, a mandioca, e até o milho, na época do inverno, isto é, na fase das chuvas, que vai de janeiro a março, e também num breve período, de maio a julho. Esses produtos servem para a alimentação do grupo familiar ou estão associados às regras mais abrangentes de parentesco e afinidade.

Os habitantes da região praieira estão mais voltados à atividade pesqueira porque o cultivo de terra rende menos e ocupa pouco tempo do ano. Almofala tem importantes portos lagosteiros na vila dos Torrões e no Porto do Barco. Além disso, os barcos também mantêm atividade em alto-mar ou estão associados à pesca de curral. De modo geral, a pesca serve tanto de trabalho sistemático como atividade de subsistência local, à beira-mar ou no rio Aracati-Mirim, que desemboca depois da vila dos Torrões, seguindo à esquerda, numa restinga estreita.

O objetivo era conhecer preliminarmente toda a área de prática do survey. Até mesmo, já angariar contatos informais por meio das duas pessoas que iriam nos apresentar a região.

De início, pode-se dizer que Almofala tem grande ex ten são, subdividida regionalmente. Julgou-se que esse aspecto iria dificultar um levantamento de dados básicos por localida de. Arbitrariamente, seguindo os dados de 1986 da SUCAM, have ria 4.441 habitantes de 28 vilas, compreendendo 1.070 prédios. Há de se considerar a falta de recenseamento de todas as vilas do lado direito do Aracati-Mirim, que têm importância destaca da na contextualização sócio-política e cultural de Almofala. Esses dados foram coletados pelo fotógrafo Marcos Guilherme que não tem atuado nessa região. Ficamos três dias em Almofala e percebemos os obstáculos espaciais e de abrangência social com que teríamos de nos envolver.

Voltando à descrição mais pormenorizada: decidimos fazer visitas às pessoas julgadas importantes socialmente e politicamente por nossos guias. Logo que chegamos na vila de Almofala pequena, fomos em direção à praia. O fotógrafo res alta va os cercamentos com arame-farpado que estavam espremen do os Tremembé, moradores da praia. De fato, tínhamos que pas sar por baixo das cercas, esburacadas pela decisão anônima.

Os terrenos eram cobertos por uma vegetação rala, ras tejante, que crescia na superfície do solo arenoso. Viam-se co queiros a cada cinco metros e mais nada, no interior dos cer cados. A dificuldade de locomoção era evidente, sempre se de frontando com a cerca de arame. Eram 14:00 horas e o calor des truía qualquer facilidade. Mesmo assim, a impressão inicial foi imensamente positiva, espantosa até.

A via de Almofala tem uma igreja do séc. XVIII (1712) construída por ordem de uma missão religiosa instalada ali em

Vlado ...
de ...
1712 ...

1702, data de fundação da vila (cf. José Silva Novo). A construção pode ter sido feita pelos próprios Tremembé que sempre aludem a esse "fato genésico" de Almofala. A igreja se mantém ainda hoje, branca e soberba. No entanto, já foi coberta pela areia, no início do séc. XX. Os habitantes conseguiram des^{en}cavá-la na década de 40 e nos anos 70, ela teve uma reforma feita pelo SPHAN.

A primeira pessoa visitada foi Venância, uma tremembé de fisionomia bem envelhecida. Sua casa era de taipa e telhado de palha de coqueiro. Um poço d'água esbranquiçada estava à mostra no quintal cercado. Logo depois, apareceu sua filha, que carregava uma criança no colo. D. Venância contou que tinha nascido na Lagoa Seca e como aquele lugar foi sendo ocupado pelos proprietários. Lá moravam seus pais e seus parentes, mas hoje o terreno está repleto de coqueirais. Ela dança o torém — uma "brincadeira" dos Tremembé. Marcos dava respostas por D. Venância, dirigindo as palavras e respostas, apresentando de sua maneira, por meio de interferências. Porém, era evidente a revolta de Venância por ter sido empurrada, consecutivamente, pelos cercados do Tarcísio e de sua intimidação, crescente.

Marcos nos apresentou à D. Venância. Dissemos do nosso trabalho e do levantamento de dados que iríamos desenvolver junto com os grupos Tapeba e Tremembé. Enfocamos a questão da terra indígena e dissemos que, quando voltássemos, gostaríamos de conversar mais com ela sobre os Tremembé e de sua vida entre eles. Já antecipamos a possibilidade da estadia por alguns dias, auxiliando com alimentos básicos do regime familiar.

As apresentações posteriores seguiram essa mesma tô
nica, variando de acordo com a receptividade percebida. Tínha
mos compreensão do peso que desconhecidos teriam no cotidiano
de um grupo familiar e na sua economia doméstica. A inequív
oca acolhida, por parte de todos, implicava regras de convivên
cia e um ajuste de impressões que fosse favorável a nós e a e
les. Os dois lados desejavam expressar cordialidade, sem dúvi
da no intuito de completar os respectivos intentos: para nós,
o survey e o levantamento de dados e, para eles, dar cabo da
desconfiança e da curiosidade e entender o sentido exato da nos
sa passagem por ali.

À tarde desse mesmo dia, Marcos Guilherme nos levou
para uma caminhada de reconhecimento. Seu intuito era seguir
pela praia até a vila dos Torrões e retornar pelo interior. An
dávamos, e a beleza da barra de Almofala se mostrava surpreen
dente. Sobre as dunas, eram vistas muitas das cabanas de pa
lha, dos pescadores.

Mas, ao lado desse deslumbramento, existia a percep
ção cada vez maior das dificuldades que a natureza colocava pa
ra aquela população: sol, areia e isolamento ocupavam uma di
mensão ostensiva. Nessa primeira etapa reconhecíamos a geogra
fia costeira. Marcos nos dizia os nomes das localidades. Mas
achava tudo ainda impalpável, apenas a referência a um topo,
nada mais. O que conduziu aquilo? A compreensão da extensão
do lugar e da complexa divisão territorial que superava as mi
nhas noções.

Chegamos aos Torrões, depois de andarmos muito, uns
quatro ou cinco quilômetros pela praia. A vila se acomodava

numa enseada onde barcos pesqueiros estavam ancorados. A pesca é uma das atividades econômicas preferenciais: peixe, camarões, lagostas, servem para subsistência e como mercadoria. A lagosta requer um barco especial e a pesca é permitida pela deliberação da SUDEPE que estabelece períodos de proibição de pesca, de acordo com a procriação da lagosta. Quando estivemos lá o período de proibição ainda se mantinha, o que irritava a muitos que dependiam dessa pesca.

A pesca de curral é destacada também. No entanto fica restrita ao litoral de Almofala. Os currais são dispendiosos pois requerem armações de arame trançado, fincados em mourões, na areia do fundo do mar. Não tem grande duração porque o arame sofre enferrujamento pela ação do mar. Por isso, representa um certo nível de qualificação econômica que nem todo pescador pode deter. É possível estenderem-se 18 currais numa faixa vertical em relação à praia. O neto de Venância, o pescador João Venâncio contou, detalhadamente, sobre as atividades pesqueiras em alto-mar e nos currais. Registrei o seu relato em fita gravada, quando retornei novamente para Almofala, no final de janeiro.

Voltemos aos Torrões. A vila já apresenta casas de alvenaria, que contrastam com as casas de palha de que tanto me admirei. Já havia eletricidade e na rua, o calçamento — não era de asfalto, no entanto. Também, existia o acostamento acompanhando o contorno das casas e das passagens. As casas eram de um tipo praiano e pretendiam uma urbanidade litorânea. Um local atípico de toda Almofala.

Sem dúvida, havia daquelas palhoças, mas elas indica

vam uma diferenciação social marcante. Haveria alguma distinção étnica apreensível também na diferenciação social e arquitetônica? Existe a tese de mestrado da Professora Maria Brilhida Telles de Souza, da UFC, que se interroga e analisa as migrações de pescadores de Almofala para Fortaleza. A idéia de migração não envia somente ao movimento de saída, mas, inclusive, ao de retorno. Seria possível investigar a ascensão social a partir desses focos de entrada e saída de Almofala (Torrões, Almofala Pequena, Porto do Barco).

Na vila dos Torrões há um frigorífico de lagostas que pertence ao Sr. José Maria Monteiro, vice-prefeito de Itarema. O edifício impõe-se, amplo e central, na extensão da vila. Remete-se à modernização do processo de comercialização da lagosta, cujos indícios estão em qualquer parte da vila. Isto se mostra nas casas, a eletricidade, nas calçadas e cercamentos, no frigorífico e na imensa caixa d'água coletiva. E, além disso tudo, na construção do muro que cercaria o cemitério local. Há uma escola de 1º Grau, "Cantinho da Criança", de âmbito municipal.

Voltamos para a vila de Almofala, seguindo um caminho quente, pobre e desértico. Subíamos declives que anunciavam apenas areia e, de súbito, uma palhoça perdida na duna. Para trás, deixávamos os Torrões, uma espécie de oásis, naquele paradeiro desolado — a areia cobrindo tudo. Depois de três quilômetros, chegamos à casa de Vicente Viana, o cacique dos Tremembé.

Quando entramos, tiveram que chamá-lo do fundo de sua casa. Seu Vicente estava ligeiramente alcoolizado, com a

camisa aberta, e com farinha a cobrir o ventre e o tórax. Dentuço, de pelo morena e um ar letárgico. Falava da pobreza e da situação que vivia, como a Venância. Dizia já estar cansado (corporalmente) de brincar o torêm — além de ter recebido uma ameaça de morte numa carta, enviada a ele, se ele insistisse na organização do torêm.

Depois da conversa, Vicente nos levou até o fundo do seu terreno. Marcos comentou com Vicente sobre o registro desse lote, o que daria legitimidade jurídica à propriedade do cacique. A maior parte da terra de Almofala não é registrada e se for, ela é ilegalmente, porque é necessário o assentimento de Vicente Viana para o registro no cartório. O cacique enfatizou esse aspecto, que obrigava as decisões fundiárias locais passarem por suas mãos. *o não da sua gente*

O fato se tornava nebuloso para nós pois colocava uma instância jurídica peculiar, ao nível local, e que já aludia ao direito indígena de posse da terra da Almofala. Era nebuloso também porque se remetia a inoperância do processo de legalização do direito de terra pelos próprios Tremembé, ainda distanciados da atuação oficial da FUNAI, que ficou restrita a visitas de área e a identificação dos Tremembé como índios, como primeira fase do processo de legalização de terra indígena. O que os impede de pedirem ao cacique a permissão do registro fundiário no cartório de Itarema?

De noite, fizemos outra visita à casa de João Venãncio, neto da Venância, dançarina do torêm. Ele falou do cercamento sucessivo dos terrenos, o que vem expulsando os Tremembé cada vez mais para a beira da praia, nem dando espaço para o

cultivo do feijão ou da mandioca. João é pescador profissional e hoje trabalha como vaqueiro num dos currais. Contou das fases de construção do curral e de suas divisões internas, cuja terminologia é analógica à nomeação espacial de uma casa: es pia, sala, salinha, chiqueiro. Há uma época mais comum de construção dos currais, que parece ser logo após o meio do ano. No entanto, os currais podem funcionar até mesmo janeiro ou fevereiro, de acordo com seu estado de preservação.

No dia 2, acordamos cedo e fomos andando pela areia fina em direção à vila da Varjota do Lourival, que fica do lado direito do rio Aracati-Mirim. Antes passamos pela casa da Zeza e do Raimundo, no Barro Vermelho. Eles falaram dos cercamentos que espremiavam-nos no seu pedaço de terra, e de que antes existia o aldeamento, quando podiam andar à vontade, sem passarem apenas por becos, como agora.

A maior parte da terra do Barro Vermelho está cercada por arame-farpado e há sempre possibilidade de um proprietário resolver tomar os lotes desse moradores. A Zeza também "brinca" o torém, a dança dos Tremembé. Essa dança é mimética, porém, sempre cantada com versos referentes a animais ou vegetais da região. Ocorre a partir da colheita do caju que começa em outubro. O torém é organizado pelo cacique e assim sua autorização permite que a dança ocorra em qualquer época. Mas, somente, se ainda houver o ^{ro}mourorô, uma bebida alcoólica, fermentada do caju, que acompanha e é distribuída no torém.

Depois, fomos caminhando para o Panan, o Lameirão e o Saquinho, lugares onde nos desencontramos das pessoas a quem íamos visitar. Uma delas, o Zé Raimundo, é presidente do Sin

dicato dos Trabalhadores Rurais de Itarema e mora no Lameirão. Haveria uma reunião do Sindicato, naqueles dias, mas ninguém conseguia dar-nos uma indicação correta de quando ela iria o correr.

Logo atravessamos o rio Aracati-Mirim, e chegamos a Varjota do Lourival. A vila apresenta maior homogeneidade e a comoda um conjunto de casas que circunda um amplo terreno de areia branca, com pouca vegetação nativa. Numa lateralidade desse espaço está uma espécie de capela que serve de salão de reuniões para a comunidade. As casas eram acinzentadas, de ar gila queimada ou, então, podiam ser de faixas de palha de co queiro. Instalamo-nos na casa da Maria Baia e do Munduca, que fica de frente para o salão.

À tarde, eu e Maria Amélia fomos à casa do Agostinho, no Córrego do Amaro. Ele é irmão do Zé Raimundo e da Maria Baia. Ele faz parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e quis discutir conosco sobre uma proposta de projeto educacio nal que o Sindicato tinha recebido. A proposta foi debatida junto de outras no I Encontro de "Educação para as Áreas de As sentamento: um desafio", que se realizou a 17 e 18 de dezembro, em Quixadá. Nesse Encontro participaram prefeituras, Órgãos municipais de educação, sindicatos rurais, a Delegacia Regio nal do MIRAD, a Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (SEARA), Fundação EDUCAR, universidades, etc.

Agostinho estava preocupado com a decisão que foi ti rada, pois o Sindicato Rural de Itarema não esteve presente. Pe diu nossa ajuda na explicação da proposta de projeto enviada. Além disso, contou algo a respeito da situação da educação lo

cal, que estava a cargo de duas professoras, que não tinham uma remuneração suficiente para manterem a instrução das crianras e jovens. Reclamou da falta de merenda que a prefeitura devia conceder, porém não chegava a Varjota. Assim, Agostinho propôs que nos apresentássemos à comunidade de Varjota, à noite, no salão de reunião.

Na Varjota, esperamos a reunião da comunidade. Passava das 22:00 horas e logo as primeiras pessoas começaram a chegar. Formaram um pequeno grupo diante da casa de Maria Baia e Mundoca. Os mosquitos infestavam e agiam. Sem luz, numa noite escura, sem lua. Não conseguia enxergar nenhuma das fisionomias.

Ficou uma certa polêmica sobre esperar as outras pessoas chegarem, e sobre colocar uma luz ali mesmo, no terreno, ou ir para o salão. Fomos para lá e encheu de todo tipo de gente: crianças, velhos, homens e mulheres. Percebi que as mulheres estavam no lado direito do salão, enquanto os homens ficaram no lado oposto. Havia uma divisão espacial e sexual ali. Logo iniciou a reunião, falando Maria Amélia de nossa presença. Henyo falou do levantamento que pretendíamos fazer e do objetivo que se dirigia. Todos atentos.

De repente, um homem se ergueu e perguntou para oque adiantava o nosso trabalho ali. Respondemos que diretamente não tínhamos muito o que fazer, mas poderíamos contar de nossa experiência junto deles e da realidade social dos Tremembé. Eles modestamente responderam que se isso os ajudasse nas dificuldades que tinham, então seríamos bem recebidos. Assim, começaram a perguntar da situação das outras etnias a respeito da

terra indígena, e como resolveram o problema de garantia do direito à terra.

Logo em seguida, Marcos Guilherme e Maria Amélia iniciaram uma disputa ao colocarem seus pontos de vista da melhor "atuação" dos Tremembé. Maria Amélia frisava do poder de organização, de coesão da comunidade para enfrentarem a questão da terra. Marcos argumentava pela tomada de posição nos mais diversos níveis e meios, até oficiais (ex: apelação à Prefeitura de Itarema) e estimulava o cercamento da terra pelos próprios Tremembé. De certo modo, ao se defrontarem ali, invertiam o eixo da reunião e disputavam pela atuação local.

Esses agentes desfrutam de um poder crucial que está expresso pelos discursos sistematizados que utilizam, sejam institucionais ou não. Os Tremembé precisam fazer um duplo movimento: a tradução dos discursos dos agentes e a adoção de um outro discurso a ser aplicado, por eles mesmos. Isso sugere a manipulação dos discursos dos agentes em prol de um outro, organizado em termos dos interesses locais — o que faria revelar uma identidade sui generis.

Seria bom ainda relatar sobre a multidão que ficava à parte. Os jovens estavam fora do salão — riam, ironizavam e aproveitavam o acontecimento para se seduzirem, servindo-se da possibilidade do encontro. O jogo de novos olhares e conversas estaria aberto.

No final da reunião, Maria Amélia perguntava pelo torém e começou entre eles o jogo de estímulos. Cada um instigava o outro para iniciar a brincadeira. Na maioria, era feita pelos mais velhos. No meio-tempo de indecisão, num certo si

lêncio que apareceu na multidão, começou uma entoada religiosa, cantada só por mulheres. Suas vozes preenchiam a sala, enquanto uma se destacava frente às outras. Foi breve, porém. E logo depois, dois velhinhos, muito brancos, reiniciaram as investidas com maior empenho. A indecisão prevalecia no lugar. De repente, um velhinho dá um salto e começa a dar alguns passos, ainda modestos.

A sala encheu. Pessoas riam, ironizavam e até gritavam. O velho investia nas pessoas enquanto dava seus passos. Mesmo os jovens se acotovelavam nas janelas e portas do salão. As crianças adoravam e riam.

O velhinho dava mais alguns passos e parava. Olhava, satisfeito. Depois, reiniciava, até mesmo dançando para nós, numa ascensão gestual — e me deixava perplexo — quase num ritmo epilético, apesar de toda destreza adotada. Os passos dele pareciam desengonçados propositalmente, como se ele trocasse e quisesse quase alcançar limites de gestualidade. Havia um exagero de gestos e o desequilíbrio proposital das pernas, que iam e vinham à frente e davam marcações com os pés, fortes, enquanto os braços faziam movimentos assimétricos que subiam e desciam.

É questionável que ele tenha sapateado passos do torém, como Maria Amélia esperava. Existe outra dança local chamada coco e depois soubemos que o povo da Varjota não costuma brincar o torém, que é dança coletiva e precisa do mocororô, além de ser organizada pelo cacique.

De qualquer forma, é curioso que a resposta tenha sido o coco, quando Maria Amélia estimulava pelo torém. Os passos

sos de dança efetuados pelo velho eram do coco, mas passavam como torém. Até mesmo, se pensamos que a imagem pública da demonstração da etnicidade Tremembé tinha que ser acionada para desconhecidos, a visitarem o local e que queriam conhecê-los. Na hora, torém e coco perdiam suas distinções naturais (o que anula a restrição das definições) e afinavam-se ao acionarem o que se jutifica como sinal da cultura Tremembé.

No dia 3, nos despedimos da Varjota do Lourival e fomos em direção da Tapera do Coco, onde mora o Estevão Henrique.

A vila da Tapera é de formação recente e dependeu da intervenção da empresa Du Coco na apropriação da terra. Os moradores viviam no interior e na chegada e expansão da empresa agro-industrial acabaram sendo alocados em uma faixa estreita próxima do rio Aracati-Mirim: imprensados contra o rio pelos cercados da empresa.

Sabe-se que a Du Coco tinha prometido benefícios na implantação da vila e a dotação de seus moradores com lotes de terra legalizados. No entanto, a vila se estende como uma sêrie de casas vizinhas, sem maiores possibilidades de utilização da terra pelos núcleos familiares. O fato gera conflitos próximos e a vila é considerada como lugar de tensão extrema, inclusive, desconfiam dos desconhecidos, de maneira que a discussão sobre a posse da terra é sempre assunto cauteloso.

Maria Amélia já esteve na área anteriormente e contou-nos da pressão sofrida por ela na sua estadia lá. Assim, ela não nos acompanhou até a vila, seguindo de volta para a praia de Almofala. Há um motivo claro para esse temor. A vila da Tapera serve na alocação de mão-de-obra para a empresa Du

Coco. Existem moradores que trabalham no controle da mão-de-obra, ocupando cargos como o de vigia e articulam práticas diferenciadas na localidade, favorecendo-se como pessoa e contribuindo nas relações assimétricas de poder da empresa com a vila.

Esse aspecto dá o caráter especial da Tapera do Coco e mostrou logo as dificuldades que teríamos no survey, propriamente dito. O questionamento da noção de terra iria ressaltar uma atenção exagerada sobre nós, pois o assunto estimula a tensão local.

Resolvemos conversar somente com Estevão Henrique nesse dia. Ele nos contou uma versão curiosa da história da terra da Santa. A história é tema constante em todas as conversas que escutamos. Ela se remete às origens da vila de Almofala, da construção da igreja e da chegada dos portugueses no local. Refere-se ao primeiro contato interétnico de índios e brancos.

A história tem conotação épica e sofre de nuances particulares em cada versão contada. Sempre há alusão à revelação de uma imagem da santa aos índios. Existiria a consagração dessa santa pelos Tremembé, que depois ajudariam na construção da igreja de Almofala. A missão religiosa asseguraria o direito à terra aos Tremembé, na forma de duas léguas em quadra, que vão da Lagoa Seca ao Bambuzal, dali até a fazenda São Gabriel e depois à lagoa Luís de Barros, fechando o quadrilátero de extensão territorial. Há referência constante aos marcos da terra que teriam sido colocados pelos antepassados e legitimados pela Missão. Os marcos teriam sido destruídos pelos invasores de suas terras, o que não diminuiu a alusão aos detalhes. Ao

contrário, parecem estimulados a nos contar, por exemplo: um dos marcos seria uma carnaubeira de tronco furado, o que significaria o limite correto da terra da santa, ocupando a superfície exata de território. A narrativa permite a detenção étnica de um registro histórico e a corroboração pela tradição da posse da terra. Nesse caso, caracteriza-se como elemento significativo de etnicidade, marcada na adoção do discurso enquanto tal.

Almoçamos na casa de Estevão Henrique e depois seguimos para o Urubu, já no outro lado do Aracati-Mirim, voltando para Almofala. Fomos guiados pelo filho de Estevão, que atravessou conosco o rio e nos deixou próximo da casa do vice-prefeito de Itarema, José Maria Monteiro.

A casa fica bem à mostra, destacada no cenário local. Postes de eletricidade estão instalados ao seu redor, e ligam-se com os da vila dos Torrões, a localidade vizinha. Um clima de refastelamento e de engenho silencioso que é marcante, mesmo por ter sido domingo quando lá fomos. Um galpão, repleto de cocos, está fechado pelo portão de ferro, visível na altura da casa.

Marcos Guilherme teve a idéia de levar-nos até a casa do vice-prefeito e de sua mulher Djanira. A família faz política: o pai é vice-prefeito; a esposa e o filho são vereadores e ela é candidata provável à prefeitura de Itarema. Os Monteiro são proprietários de terra em Almofala, onde mantêm coqueirais, mas já falamos também do frigorífico de lagostas e peixe de propriedade do José Maria Monteiro nos Torrões.

As pessoas costumam dizer que o vice-prefeito chegou

em Almofala como caixeiro-viajante e veio criando seus negócios. Até a própria localidade é chamada de "Urubu do Zé Maria". Ele chega e nos cumprimenta: depois senta, a barriga aparecendo e o relógio de ouro no pulso. Marcos nos intitula como pesquisadores do Museu Nacional. É quase ostensivo o interesse museológico que o fotógrafo quer deixar evidente. Djanira, a esposa, chega em seguida. Novamente, o ritual se manifesta: apresentação. E vêm as gentilezas alimentares e até cerveja.

O casal quer votar no Brizola nas eleições presidenciais. Eles dizem que se identificam com as propostas do gaúcho pois são populares e estão sofrendo com as medidas econômicas do Sarney. O discurso é veemente e a Djanira fala do trabalho duro que eles passam, enquanto a gente de Almofala não gosta de trabalhar. Não acredita que vivam índios, por ali, também. A vontade de Djanira é dar progresso ao município, que é muito afastado de Fortaleza. E ela ainda se abre sobre a atuação das CEBs em Almofala.

De fato, as CEBs vêm tendo aceitação por todo o estado do Ceará. No distrito de Almofala, elas têm participação difusa, sem alcançar todas as sub-regiões e vilas do distrito. Ao contrário, as comunidades tentam engendrar práticas que ativem o contato entre as vilas, sem se preocuparem com unidades territoriais. Assim, uma reunião dominical ocorre na casa de alguém no Urubu e na semana seguinte pode ocorrer no Barro Vermelho, lugar que dista três quilômetros e é separado por outras unidades do próprio Urubu. Não há presença de religiosos e ela é efetuada pelos próprios membros da comunidade, que usam o programa elaborado pelas CEBs e é vendido num jornal todo do

mingo.

A "missa leiga" determina certo regulamento onde são posicionados os participantes do ritual, que é falado e cantado, alternadamente, de acordo com a pauta do programa. Há uma parte da reunião onde os participantes se colocam e têm forte conotação moral e reflexiva. A discussão da questão da terra é relevada a primeiro plano como proposta dos programas, já que ele se dirige à indagação da vida da comunidade, dos membros e das atividades sociais que praticam. O tema da reforma agrária é levantado no texto e no discurso dos membros e assume legitimidade, desde que a luta pela posse da terra tem o máximo de interesse nas comunidades.

A formação das CEBs dependeu da atuação local de religiosos ligados à Comissão Pastoral da Terra da diocese de Itapipoca, na direção do bispo Dom Benedito. A atuação pode ser paroquial ou pela prática de religiosos da Comissão Pastoral. Sabemos que a luta pelo direito de posse por usucapião coletivo das comunidades da Varjota do Lourival, Córrego Preto e Córrego do Amaro foi relevado pela ação de freiras da Comissão. Inclusive, o advogado da Comissão Pastoral, Dr. Pinheiro, foi o mesmo defensor da causa das terras da Varjota.

Nessa região, o problema foi ostensivo e tão evidente na forma de atuação da pastoral que foi até sentido por meio de ameaçar a vida das religiosas que atuavam no local. Podemos arriscar dizendo que a atuação da pastoral veio organizar a coesão dos moradores das vilas da Varjota na propulsão dessa categoria comunidade, que daria orientação regular às intenções sociais e políticas das três vilas.

Se este é o cenário da atuação das CEBs nas vilas do lado direito do Aracati-Mirim, no caso das localidades mais próximas de Almofala Pequena, a situação é menos homogênea. Os membros da comunidade local questionam a falta de interesse dos vizinhos de presenciarem ou participarem das reuniões. As CEBs têm conotação fortemente política e nas localidades de Almofala existe a acusação dos seus membros serem comunistas e querem tirar o direito de posse da terra. Essas idéias são percebidas pelos próprios membros da comunidade, que assim mesmo tentam conquistar novos participantes.

No caso da vila do Urubu, a CEB sofre oposição por parte da família Monteiro. Na visita à casa da família, a Djaira nos contou que participou de reuniões da comunidade, inclusive organizando algumas em sua casa. Sua saída foi motivada pela divergência causada pelo questionamento da posse da terra e da reforma agrária — pelo que foi dito a nós por ela mesma. Então, os moradores da vila do Urubu, e das localidades onde os Monteiro têm terrenos e empregam mão-de-obra, acabam por terem de arcar com as disposições causadas pelos Monteiro e as CEBs. O desempenho dos moradores fica a critério do confronto, inserção ou manipulação dos papéis sociais no plano das orientações políticas e sociais reguladas nas relações das CEBs e dos proprietários de terra com esses mesmos moradores.

A visita, à casa dos Monteiro, foi proveitosa para termos na visibilidade o lugar social dos proprietários de terra de Almofala. Mesmo porque no momento de nossa visita, tivemos a chance de conhecer, pelo menos de vista (como imagem visível), outros elementos da mesma classe social, até outro pro

prietário local. O que nos permitiria ver a dimensão do conjunto de relações sociais presentes no contexto social de Almofala.

Voltamos para a hospedagem pela praia. Na segunda-feira, iríamos pegar o ônibus de retorno a Fortaleza. Voltávamos com a garantia da acolhida por parte dos Tremembé, o que diminuía o desnorreamento. Mas, também, na compreensão das limitações que a prática do survey e do fichamento de dados teria em Almofala. nas condições reduzidas de tempo que tínhamos.

Outra reunião

Era quarta-feira a ficamos o dia todo em Caucaia. Na manhã, fomos à Lagoa dos Tapeba e pude perceber uma área distinta das Pontes e da Vila Nova, onde a tensão é muito evidente. Ficamos muito pouco tempo, só para combinar a estadia do Henyo no local. De lá, fomos para o centro de Caucaia. À tarde, haveria outra reunião da Associação do Rio Ceará, agora na Capoeira 2.

A reunião da Comissão Geral foi realizada no galpão de propriedade da Arquidiocese de Fortaleza, onde funciona um dos projetos econômicos financiados pela Igreja. O projeto está a cargo do Fernando e duas outras pessoas — nenhuma delas é Tapeba. Eles estão criando coelhos para serem vendidos como carne de luxo em Fortaleza.

As Capoeiras ficam na área urbana de Caucaia, e já possuem, em grande parte, suporte urbano pela dotação de eletricidade, caixas d'água, comércio regular porém simples, rede

escolar e médica. Esse suporte não está preparado para o conjunto da população, que é bem elevada. Nesse caso, as escolas e o posto da LBA são o mínimo garantido para o bairro, pois na verdade as Capoeiras, subdivididas em 1 e 2, podem ser pensadas somente como bairros.

Próximo da Capoeira 2, num bairro extenso, está acomodado um imenso conjunto habitacional chamado Planalto Caucaia. Possui cerca de 2.000 casas, de camada média, com eletrificação e água encanada, provido de rede de transporte de duas linhas de ônibus. As casas parecem construídas em série, idênticas, apesar dos moradores tentarem dar uma ambientação mais diferenciada, ao gosto familiar.

É interessante visualizar na forma de três ambientes diferentes a se avizinham: as Capoeiras, o Planalto Caucaia e o enorme terreno da TBA - Técnica Brasileira de Alimentos. O terreno da TBA ocupa uma extensão que isola a área mais central de Caucaia, a zona ferroviária e rodoviária do Planalto Caucaia. Por outro lado, restringe o crescimento das Capoeiras, na sua direita. Não é utilizado e está coberto de mata nativa, feita de arbustos e carnaubais. O conjunto residencial está modelado na adequação de suas dimensões. Mas, as Capoeiras têm toda tendência à expansão residencial, já que não possui um programa sistemático de urbanização, sendo orientada de acordo com as negociações eleitorais dos governos sucessivos que chegam à prefeitura de Caucaia.

A reunião estava marcada para as 14:00 horas e o Alberto das Fontes já estava lá, tratando com o Fernando. Alberto não ficou muito tempo e saiu. Chegaram o Severino e a mu

lher; a Raimunda, a D. Virge, D. Zuília e o Tatu, o Oswaldo, presidente branco da Associação, e Luis Lelê e outros, brancos ou Tapeba. Talvez 15 pessoas da Associação, além dos agentes da Pastoral, o advogado Sérgio e o agrônomo Eni Brasil, que coordena os projetos da Associação.

O agrônomo tinha a proposta de implantação do projeto de criação de tilapias pela comunidade Tapeba. Seria preciso encontrar o lugar ideal e se as pessoas estavam dispostas a aceitarem o projeto. Ele via vantagens para a subsistência alimentar da comunidade e os peixes também poderiam ser vendidos no mercado de Caucaia.

A idéia não pareceu muito bem recebida e as pessoas questionavam a sua validade. Brasil pediu que pensassem no assunto e começou a questionar o sentido da comunidade dos Tapeba, que não se empenhavam em levar os projetos coletivamente. Deu exemplo do Alberto que gastou o dinheiro recebido da Igreja, para instalação de um forno caseiro, comprando um cavalo, relógio, etc. Disse da falta de ajuda que a Zuília passava na construção de seu poço. Nessa hora, Zuília concordou com o agrônomo e disse que todos se comprometiam e na hora ninguém parecia. Inclusive, defrontando-se com o Tatu, Tapeba que mora a 50 metros depois dela no Trilho, e que ela acusa de ser egoísta o suficiente para não ajudá-la.

Logo em seguida, na reunião, foi levantado o problema da venda ilegal das casas da Associação pelos antigos moradores Tapeba. No caso, o Cotinha e o Zequinha. Brasil inflamou-se ainda mais — porque, como os próprios Tapeba dizem, ele é muito "grosseiro" — e desmoralizou a forma de organização

dos Tapeba, da precariedade dos projetos desenvolvidos por eles. Enfatizava o auxílio financeiro da Arquidiocese nesses projetos que abortavam pela incapacidade comunitária dos Tapeba. As pessoas não pareciam estar gostando muito da situação e ela foi deslocada para outra questão — a da ajuda de custos ao trabalhador pelo dia dispendido no projeto. Argumentavam quanto ao dia de trabalho normal perdido e que tinham que sustentar a família com a renda recebida da atividade regular. Brasil questionou o argumento dizendo que a ajuda de custo seria uma atitude assistencialista por parte da Igreja. A celeuma ficou maior e o advogado Sérgio intercedeu a favor dos Tapeba, compreendendo a dificuldade representada pela perda do dia de trabalho.

A reunião acabou sem respostas definitivas e foi decidido que uma nova reunião ia ser realizada no dia 13 de janeiro. O toque especial da reunião descrita está na discussão do assistencialismo e da organização Tapeba. Preferi isolar um fato da descrição que pode anunciar melhor o próprio assunto.

No meio da reunião, chega o Luis Lelê no galpão. Ele é Tapeba e vive perambulando pelas áreas porque não tem casa ou residência fixa. Na época, estava ameaçado de morte por um sujeito das Pontes e passava os dias na casa da Zuília no Trilho. As pessoas estavam acomodadas num círculo que tangenciava as paredes do amplo galpão. A chegada do Luis Lelê interrompe a reunião e ele se dirige da porta, passando pelo centro da sala, ao advogado. Chama-o de Painho, se ajoelha diante dele e beija sua mão. Faz que chora e desenrola uma cantilena e

xagerada. As pessoas não param de rir e pedem ao Luis Lelê não interromper. O clima de seriedade da reunião sofreu perturbações a partir da chegada daquele vagabundo. Às vezes, Luis Lelê respondia sincronicamente as palavras dos companheiros. Outras, ele imitava o jeito de falar de alguém, quebrando a regulação da Reunião. Chico Bento e o advogado reclamavam mas se ele parava um momento, em seguida, já reiniciava.

Luis Lelê passa como perturbado entre os Tapeba, mesmo aceitando-o, até com grande apreço. Mas, não é levado a sério na Associação, nem ele pretende participar dela. No entanto, a seu desempenho elaborou alegoricamente o que estava sendo suposto na reunião. Se a idéia de assistencialismo é negada pela Igreja num primeiro momento, e no próprio discurso, por outro lado, ele vigora pelo próprio sentido da reunião quando discute projetos financiados pela Arquidiocese, pautados na interferência direta da Comissão Pastoral, por meio do advogado e do agrônomo. O raciocínio do índio como mendicante fica conjugado na idéia acima. Quando o Tapeba mendiga o projeto ele assume a dependência aos quadros animilatórios da ideologia salvacionista da Igreja. Essa é uma questão ainda a ser discutida; aqui expressa apenas pelo exercício da indagação.

A dependência dos Tapeba à Igreja acaba conciliada na acusação feita pelo agrônomo. Ele argumentou quanto à falta de capacidade dos Tapeba de levarem à frente qualquer projeto econômico. A explicação estava na carência de espírito comunitário e organizativo. Sempre, uma falta de... Nesse caso, existe uma noção criteriosa de organização que é levada pelos agentes intervencionistas.

A Associação do Rio Ceará seria o terreno de práticas dessa organização e até mesmo a fachada dela. Os agentes "constr_uem" e garantem a etnicidade Tapeba somente se ela cumprisse tal sistematização, em decorrência de uma ação de forças externas, no caso da Igreja. Além disso, no jogo das acusações fica evidenciada a manipulação das regras desse sentido comunitário estabelecido pela Associação. Joga-se Tapeba contra Tapeba ou também agente contra Tapeba, apelando-se para o sentido da comunidade. O reverso — como Tapeba contra agente — também é acionado. No entanto, todos dependem do grau de garantia e exposição das partes em jogo. É possível pensar no ajuste até entre os agentes, o que também tornaria dinâmico o plano das relações externas ao grupo étnico. Por outra via, há de se considerar a maneira dos Tapeba de verem a construção da pessoa social, como elemento participante de uma comunidade. A questão perpassa o assunto das acusações e parece relevante no caso dos Tapeba.

O Luis Lelê é o próprio acusado na reunião, quando já não é levado a sério. Mas ele faz claramente o desdobramento daquela situação, tornando-se a metáfora do que transcorria. Sobretudo, de forma ilusória. Desempenhava um papel que desnor-teava os lugares sociais de cada indivíduo — quando ele se "submetia" e "reverenciava" o advogado, ele fazia uma ação irônica, que demonstrava o assistencialismo dos agentes e, ao mesmo tempo, rompia com esse padrão.

PARTE II

Nessa parte pretendo discutir a atividade que realizamos: levantamento de dados básicos sobre terra indígena. Ao invés de fazer uma cronologia factual, procuro pensar a ficha-questionário que serviu de base para o levantamento de dados. Os fatos são utilizados para realçar a problemática da ficha e do levantamento, como prática em campo. Como percorremos duas áreas distintas, resolvi isolá-las e avaliar o procedimento utilizado para cada área. É possível detectar subdivisões nas áreas, às quais aludo objetivamente, no texto.

Sobretudo, os fatos empíricos servem para questionar a unidade de pesquisa — aldeia — que vigora na ficha-questionário. A aldeia, como categoria estruturante, precisou ser relativizada no desenrolar do levantamento e suscitou a desconfiança de sua utilização apropriada no caso dos grupos étnicos no Nordeste. Quiçá também em outras regiões do Brasil.

A discussão da ficha-piloto não é definitiva. Muito pelo contrário, ela deseja suscitar a avaliação inicial por meio desse relatório, que traz direções possíveis da ficha ser modificada. O survey também precisa ser questionado, como prática apropriada de coleta de dados para o tipo de levantamento de que estávamos incumbidos.

Caucaia

Estive entre os Tapeba de Caucaia de 9 a 22 de janeiro. Não fiquei todo o período na mesma localidade. Visitei

as Capoeiras - 1 e 2, Cigana e Barra Nova. Não pude visitar o Açude, lugar próximo da Cigana. Lá mora uma família Tapeba, que tinha uma pessoa muito doente e não havia condições para a minha estadia ali. Fiquei hospedado somente na Capoeira 2 e em Icarai.

Capoeira 1 e 2

As Capoeiras fazem parte da periferia urbana de Caucaia. São subdivididas pelos moradores. A Capoeira 1 fica próxima da ferrovia e da rodovia BR-222 que passa pelo centro de Caucaia. É uma área semi-urbanizada e detém melhores condições de saúde e de educação do que a Capoeira 2. Já possui eletrificação e quatro poços centrais de água para consumo dos moradores. Não há hospital, apenas um posto da LBA conveniado com a Fundação S. Judas Tadeu. O comércio é constituído de pequenos negócios, armarinhos, mercearias e muitas biroskas, geminadas nas casas de seus donos. As residências são populares e até de camada média, algumas até avizinhandose de pequenos lotes e terrenos sem moradia. A Rua Padre Júlio Maria é a principal do bairro e segue num declive para a Capoeira 2. Essa rua estende-se por uns 800 metros na sua totalidade, que parte da rodovia BR-222 até a Creche do Projeto Casulo "Irmã Maria Gabriela" na Capoeira 2.

Já falei na primeira parte da Capoeira 2 que está num terreno baixio, próxima do conjunto residencial Planalto Caucaia. Assemelha-se demais à Capoeira 1, com o mesmo tipo de comércio e passando por um processo de urbanização, com eletri

ficação recente dos postes e três poços centrais de água. Não há calçamento nas ruas, somente na rua Padre Júlio Maria. A Capoeira 2 já apresenta maior número de lotes cultiváveis e para aproveitamento agrícola. Há um sítio de pequena criação bovina, nos limites da propriedade da TBA, que separa as Capoeiras da região central de Caucaia. A eletrificação não atinge a maioria das casas da Capoeira 2, porém a tendência é o suprimento acelerado dessas residências.

Existe transporte acessível na rodovia BR-222 e também no Planalto Caucaia, que serve para os residentes da Capoeira 2. Carros e caminhões costumam passar pelas Capoeiras, na maior parte das vezes para abastecer o comércio local de suportes e mercadorias.

Não há igreja católica no bairro, somente um convento de freiras, mas fora dos seus limites. No entanto, existem duas igrejas protestantes — a Igreja Batista e a Assembléia de Deus, que servem aos fiéis das Capoeiras.

Fui hospedado na casa do Fernando do dia 9 ao dia 16 de janeiro. Ele é branco, aposentado e mantém um projeto econômico de criação de coelhos, financiado pela Arquidiocese de Fortaleza. A sua participação da Associação do Rio Ceará, como representante da Capoeira 2, na Comissão Geral, permitiu a viabilidade do auxílio econômico pela Igreja. O projeto tem mais de um ano de constituição e está instalado num abrigo ao lado do galpão de propriedade da Associação (via Arquidiocese). O objetivo do projeto é a venda dos coelhos como carne de luxo nas cidades de Caucaia e Fortaleza. O Fernando trabalha junto de dois outros aposentados, o negro Otaviano e o Oswaldo (pre

sidente branco atual da Associação) na manutenção do projeto. Não há participação de qualquer Tapeba na criação de coelhos.

A Igreja, a Arquidiocese, o arcebispo são elogiados pelo Fernando, que faz parte do pequeno número de brancos da Associação do Rio Ceará. O informante fez críticas diversas aos Tapebas, apesar de manter boas relações de modo geral. As acusações estavam pautadas na precária organização dos Tapeba — que são "muito medrosos", "arredios" —, no desempenho interesseiro de outros, o da sua falta de perspectiva na execução dos projetos e da serventia da Associação e da Arquidiocese na instalação dos mesmos. Não deixou de denunciar também os brancos que tinham feito parte da Associação anteriormente, como, no caso do Sebastião Crente, antigo presidente branco da Associação, que foi acusado de corrupção. Se a Associação é defendida por todos os atuais membros, por outro lado, existe o controle interno de acusações e a margem para disputas entre os participantes, à vista de melhores benefícios e na suposição dos interesses das partes constitutivas da Associação.

Está claro o modo da minha entrada no território das Capoeiras, pois só pude me alojar na casa do Fernando. Na Capoeira 1, mora a D. Virge, Tapeba e representante da área na Comissão Geral. Não houve condições de acomodação na sua casa que é superlotada. A casa do Fernando era ocupada por ele próprio e sua companheira e por isso permitia a minha estadia na forma mais adequada. Fica evidente que a viabilidade do trabalho era facilitada por meio de nossa posição junto da Associação, como pesquisadores. Se não fosse tal aspecto (da relação), certamente a entrada na área seria dificultada. O survey

não implica apenas o procedimento correto de levantamento de dados básicos, mas a adequação necessária de pré-condições à tarefa executada — no caso, o conhecimento antecipado de alguém residindo na área de estudo.

No domingo, dia 10, eu e Fernando saímos pelas duas Capoeiras para conhecer todo o bairro e porventura encontrar-me com alguns Tapeba. Por seu intermédio, conheci o Sr. Firmino, pai de D. Virge, e o João Isabel, Tapeba e pastor da Assembléia de Deus no interior de Caucaia. A minha apresentação, feita pelo Fernando, parecia levantar desconfiança e não suscitava qualquer aproximação. Os dois preferiam falar de religião e faziam poucos comentários sobre os Tapeba e da questão da terra. Porém, saía da casa dos dois já predispondo outros possíveis encontros. O pastor se dignou a me receber na quinta-feira, dia 14, quando estava em casa, e não me pareceu tão "arredio", até agradável, pois estimulei-o com o meu interesse sobre a sua Igreja. De qualquer forma, a presença do Fernando dificultava e havia o tom de desprezo e tolerância entre ele e os Tapeba.

Também houve o caso do Chiquinho, outro Tapeba. Ele veio até a bodega da casa contígua de Fernando que não o deixou partir sem que eu o conhecesse. Chamou o Chiquinho e me apresentou. O Tapeba se recusava a falar dos Tapeba, dizendo que não recebeu nenhum benefício e não queria saber de nada. Estava bêbado e não menos nervoso, não parava de olhar em todas as direções, sem querer me fitar. Dizia que não queria mais se meter em nada que fosse pretexto de ajuda, que isso não colava mais. O Fernando tentava mudar a situação, dizendo que eu era

um pesquisador, o que não adiantou nada. Chiquinho fez-se de firme, negando qualquer aproximação.

Logo percebi a dificuldade de minha atuação nas Capoeiras, quando era apresentado por um branco, membro da Associação do Rio Ceará. Se por um lado, recebia informações sobre a entidade e da sua interferência entre os Tapeba e brancos, de sua dinâmica funcional e da prática política que regulava, na outra direção, havia o impecilho que a Associação estampava à minha pessoa, que se carregava de conotações negativas para aqueles que, naquele momento, não participavam mais da Associação. Os primeiros contatos com esses Tapeba mostrou claramente essa situação.

O Fernando dava explicações dessa dificuldade de comunicação. Ele argumentava que os Tapeba sempre falavam dos benefícios não recebidos, do oportunismo dos outros, que se associava com a sua desconfiança. Isso motivaria a falta de organização dos índios, interessados em resultados imediatos aos Tapeba e a organização da Associação. Ele se engaja positivamente nos planos da Pastoral e espera que eles sejam bem sucedidos.

Se o survey perdia com os obstáculos de comunicação e na falta de informação direta pelos Tapeba, conseguia, pela recusa e a ausência de contato, uma compreensão da dinâmica das relações sociais dos participantes da Associação com os outros moradores das Capoeiras. Há de se convir que na Associação haviam engajado poucos brancos e pessoas, de modo geral. Na história da entidade houve o momento de aceitação massiva pelas comunidades locais, brancas e Tapeba, e depois o descrédito pe

la disposição e o corte dos benefícios conseguidos. Hoje, ela atua minoritariamente nas Capoeiras, até pelo fato dos representantes serem os únicos participantes ali: D. Virge, Tapeba e Fernando e Oswaldo, brancos.

A desconfiança e a recusa do contato dos Tapeba comigo conjugava-se ao problema de limitação do tempo. Se pudéssemos ter todo o tempo do mundo... Simplesmente, o survey não conta com as dificuldades do acontecimento presente. Tínhamos pouco tempo para cumprir um roteiro de questões estipulado pela ficha, somados ao fator social que impedia a comunicação necessária para a apreensão maior de pormenores dos itens da ficha. Por exemplo, o item saúde indaga das práticas médicas não regulamentadas, como é o caso das rezadeiras e parteiras. Tive acesso à Tapeba Raimunda, parteira, crente e irmã de D. Virge, que me apresentou a ela. A desconfiança foi evidente no seu caso, mesmo com o contato intermediado da irmã. Se parte da pergunta b do item saúde pôde ser respondido, no entanto, a apreensão da valoração da medicina não foi possível. Há de se jogar com outros fatores, como no caso das reivindicações constantes de implantação do posto de saúde, da existência do posto da LBA na Capoeira 1 e na utilização exagerada de medicamentos de consumo popular, rápidos e acessíveis, à venda nas bodegas. Mas essa discussão já atinge a qualificação dos dados coletados e não pode ser levantada por completo aqui.

O fator tempo complicava o levantamento, pois exigia o desligamento dos obstáculos quando eles não podiam desaparecer de vez, só porque tínhamos que desenvolver nossas atividades. Nesse caso, o survey foi uma constante luta contra o tem

po. Porém, a desconfiança dos informantes não impedia toda a atividade possível. Compreendi que muitos dados poderiam ser coletados com mais facilidade, até maior rigor, nas agências governamentais, ao nível municipal, estadual e até federal. Passei a visitar esses órgãos à procura de informações oficiais. No dia 11, visitei a agência do IBGE, a Secretaria Municipal de Saúde de Caucaia e a Prefeitura da cidade, querendo infor-mar-me sobre a atuação da SUCAM.

No caso dos Tapeba, consegui desconfiança — com jus-tiça até. No entanto, os órgãos oficiais detiveram-me pela i-noperância. Não adiante contar apenas com nossa boa vontade e da alheia — das secretárias e secretários dos órgãos. Simplesmente, o IBGE de Caucaia contém somente as publicações anuais, os censos e edições gerais. Os dados de Caucaia são limitados, partindo das qualificações de ordem geral, ao nível nacional.

Assim, não existe qualquer dado do censo sobre o grupo étnico Tapeba no município, nem no Estado. ~~Me~~ lembrei-^{se} que é recente a identificação oficial dos grupos étnicos do Ceará.

A Secretaria Municipal de Saúde e a Prefeitura de Caucaia não responderam às minhas perguntas por falta de funcionários. Queria saber da SUCAM, pois ela atua em todas as áreas de nossa pesquisa e enumera as residências de cada local, de-tendo informações qualificadas e que poupariam o trabalho e xaustivo que estava incluído no levantamento. Infelizmente, a SUCAM tem sede em Fortaleza e no mesmo período detonaram a greve dos motoristas municipais de ônibus que afetou o estado do Ceará ao ponto de impedir todos os funcionários de chegarem ao local de trabalho. Só tive tempo livre coincidindo com a greve

ve (18/janeiro). Mesmo assim ainda estive na agência do IBGE em Fortaleza, à procura de mapas ao milionésimo dos municípios de Caucaia e Almofala. Apesar da boa recepção, mandaram-me para outras instituições — AUMEF, SUDEC, IBGE-Biblioteca, DNPM, que sofriam da falta de funcionários pela greve.

A digressão anterior serve de indício das alternativas de captação de dados, no caso, ao nível oficial dos órgãos públicos. Isso facilitaria o survey no tipo de área que atuamos, e até serviria para repensar a forma de aplicação da ficha-questionário. Ela poderia ser subdividida em termos da obtenção de informações no campo e ao nível dos dados institucionais. Mostrei que as fontes são diversas e algumas são mais completas e fáceis de serem alcançadas. É observável que o levantamento de dados era feito por meio de ^{face}entrevistas e visitas aos órgãos oficiais.

Porém, ainda não fechei a discussão dos contatos em campo. Se o Fernando estimulava a desconfiança por parte dos Tapeba diante de mim, o contrário se deu quando a D. Virge me levou até eles. Houve mudança de atitude do Seu Firmino, pois foi sua filha quem o chamou. Consegui entrevistá-lo e fotografá-lo tranqüilamente, obtendo dados da sua história de vida e ele chegou a identificar-se como Tapeba. Essa disposição implicava uma diferença substancial no tipo de contato que temos com o grupo étnico. Não quero dizer que a desconfiança tenha desaparecido porém reduziu-se. Nem digo que se tivesse me instalado na casa de D. Virge teria conseguido facilitar o survey de forma essencial. É importante notar que D. Virge faz parte da Associação do Rio Ceará e as relações sociais acionam dis

tinções entre participantes e não participantes da entidade.

Questão de relevo cola-se à generalização da categoria aldeia como unidade de pesquisa. A ficha-questionário está fundada sobre tal categoria. As Capoeiras não podem ser consideradas como aldeias. Não existe uma homogeneidade étnica vigorando ali. Ao contrário, as famílias Tapeba são minoritárias e não afetam a constituição do bairro como um todo. Nem existe a origem Tapeba das Capoeiras a ser remontada. Sabe-se que alguns Tapeba vieram de outras áreas e ali se acomodaram. É o caso do Sr. Firmino e de suas filhas — D. Virge e Raimunda — que com ele vieram do Palmirim. Não pude constatar se havia uma aldeia nesse período. Os informantes se referiam às matas livres, sem a aglomeração populacional de hoje em dia.

D. Virge não deixou de comentar das Capoeiras serem terra dos Tapeba, alimentando um direito que lhe parecia seu. Porém, numa pálida demonstração. Se tomarmos o levantamento de dados literalmente, na situação presente, as Capoeiras somente podem ser classificadas como bairro. Fazem parte da zona urbana de Caucaia e têm características encontráveis em qualquer periferia urbana que vem se expandindo. O governo municipal detém condições legais de manutenção, preservação e segurança da área. Então, sua circunscrição jurídica depende da esfera municipal, e oficialmente as Capoeiras são consideradas bairros pela prefeitura.

Nesse caso, a possibilidade de mapeamento e plotagem da região torna-se inviável nas condições que tínhamos que encarar. Nem podíamos apenas respeitar as considerações dos Tapeba mas passar a verificar os outros elementos e fatores que

fazem parte da contextualidade das Capoeiras, não apenas do ponto de vista étnico.

Porém, a dificuldade do mapeamento é residual pois é preciso retroceder à questão fundamental: a categoria aldeia não dava conta da realidade social das Capoeiras. Eu estava presente numa formação social urbana, que ultrapassava os limites de homogeneização de aldeia como unidade.

Muito menos as famílias Tapeba formavam um conjunto coeso no território. Elas estavam separadas espacialmente, algumas na Capoeira 1 e outras na seção baixia do bairro. Não há explicação lógica de cunho étnico para tal geografia desconexa das residências Tapeba. Teríamos que investigar razões mais complexas pela rede de relações sociais que conotariam etnicidade ao grupo — o que lhes dá característica peculiar ao se considerarem como Tapebas.

Desse modo, a avaliação da liderança política pode ser indagada. A única pessoa que tem claramente um papel político a ser cumprido é a representante da Capoeira 1 na Associação — D. Virge. Mas ela é também a única Tapeba das Capoeiras a tomar parte na entidade. Os outros não podem nem ouvir falar das reuniões semanais. Então, a representação na Comissão Geral não serve como elemento explicativo de liderança local do grupo étnico Tapeba.

Se pensássemos em termos religiosos, o pastor João Isabel pode ser considerado como liderança, agregando fiéis e seguidores de sua crença. Mas, nem todos os Tapeba são crentes e respondem aos princípios estipulados pela regulação da Igreja do pastor Tapeba — ele nem se utiliza da origem étnica

para alimentar sua afiliação religiosa, muito ao contrário.

Porém, o tipo de levantamento de dados que realizamos não permitiu que as questões pertinentes à manutenção da etnicidade Tapeba fossem explicadas nas Capoeiras. Um trabalho mais aprofundado tinha de ser feito na investigação dessas questões. O fator étnico não se justificaria pela unidade aldeia, mas de acordo com outras condições, a serem investigadas ainda.

É preciso não perder de vista as intenções do órgão indigenista oficial para demarcar a área indígena Tapeba, e se a situação jurídica da área inclui as Capoeiras como parte dessa terra indígena. Entramos no âmbito da FUNAI e de sua prática administrativa para o processo de legalização das áreas indígenas e se nos seu planos de trabalho estão embutidos os locais de concentração populacional urbana.

Cigana

Essa localidade tem certas semelhanças com as Capoeiras. Fica próxima do terreno da TBA e do Planalto Caucaia, porém no lado inverso ao da Capoeira 2. Apresenta um crescimento populacional que se dimensiona pelos limites periféricos. Assim, as ruas mais próximas do centro de Caucaia possuem eletrificação, sistemas de água e calçamento. Porém, a área que se estende do conjunto residencial citado até a rede ferroviária da RFFSA e daí seguindo o trilho, descendo para o interior, não possui qualquer benefício de ordem urbana. A não ser a cadeia e delegacia de Caucaia, instalada recentemente. Nessa região menos provida de condições urbanas estão situadas as famílias

Tapeba da Cigana.

A localização geográfica dessa parte da Cigana, periférica, permite alguma extensão dos lotes e ainda existem terrenos propícios ao cultivo agrícola. O Sebastião Crente estava arando a terra de seu lote, quando o encontrei na quarta-feira, dia 13. A terra é classificada como brejada, ariscada, tanto na Cigana e nas Capoeiras. É devido ao terreno baixo, com muita retenção de umidade.

Visitei a Cigana nos dias 13, 14 e 15. O Sebastião foi a primeira pessoa a ser entrevistada. Passei a tarde em sua casa. Resolvi não me acomodar na Cigana. O levantamento de dados permite esse procedimento pois não é exatamente um trabalho de campo. No entanto, se ele toma a forma de censo, acaba por impingir-se de limitações próprias que mostram as dificuldades de obtenção dos dados. Já coloquei esse argumento na parte anterior, falando das Capoeiras.

Procurei coletar informações por meio de pessoas destacadas — isto é, na medida que elas eram meus únicos informantes. Como nas Capoeiras, os Tapeba são minoritários ao nível populacional. Porém, eles moram numa proximidade que não existe entre os Tapeba do outro bairro. Conheci o Nelson, os seus dois primos Assis e Dora e ainda o tio, Zé Coco, bastante velho. Todos moram em casebres vizinhos ou de pouca distância.

O Sebastião Crente foi presidente branco da Associação do Rio Ceará e valia a pena remontar essa situação, discutindo a forma de relação que teve na Associação, com os Tapeba, os interesses envolvidos na sua participação. Queria conhecer também a motivação que o fez sair da entidade e os limites que

encontrava ali e quais as razões de sua existência. Ou seja, os conflitos faziam parte da história passada da Associação e da presença do Sebastião.

Conseguí dados sobre educação na Secretaria Municipal de Educação de Caucaia, no dia 15, quando fui até o centro da cidade, antes de visitar o Nelson Tapeba. Passei também pela escola Dalva Pontes da Rocha, de 1º grau, única a funcionar na Cigana. Foi possível conseguir esse tipo de informação sem ter que estar alocado na área, indo simplesmente no local e conversando com a secretária da escola. As perguntas feitas ao Sebastião e aos Tapeba referendavam muitas das informações colhidas em órgãos oficiais — foi o caso do item educação.

A desconfiança não foi muito grande na Cigana. Todos me receberam bem, admitindo serem entrevistados. De fato, houve a minha associação com órgãos oficiais e de assistência. Tive que frisar a distinção que qualificava o meu trabalho. Pelo menos, com os Tapeba, percebia que essa suposta associação estava acompanhada de algum interesse possível de ser provido por mim. Nelson pediu que dissesse ao advogado Sérgio para que o ajudasse com os problemas de saúde que sentia na perna, querendo uma aposentadoria (ele tem 28 anos). O assistencialismo é muito identificado com a atuação da Igreja e das pessoas relacionadas de alguma forma com aquela instituição.

Na entrevista com Sebastião tive a chance de receber boas indicações sobre a questão da terra na Cigana e o problema das invasões. O Sebastião mostrou-se como liderança na área, até levantando o número de famílias residentes na Cigana: na base de 150 famílias há quatro ou cinco anos atrás. A quan

tificação foi feita no período de ameaça de despejo que os moradores sofreram, com a possibilidade de ser construído um conjunto residencial.

Também foi possível perceber as posições do Sebastião frente à Associação do Rio Ceará. Ele desenvolveu a história de sua participação na entidade e até chegou a dizer: "o mais interessado na luta dos Tapeba era eu". Disso discordaria o Fernando, da Capoeira 2, que acusou o Sebastião de praticar corrupção e desvio de verbas na organização. As versões dadas ao fato da saída do Sebastião da entidade são diversas. Porém, elas se assemelham na forma de acusação pois dirigem-se sempre a alguém ou grupo que o contesta ou limita. Nesse caso, as justificativas são inúmeras e manipuláveis. A Igreja foi alvo principal das críticas de Sebastião e que lhe serviu de motivação para a saída do cargo na entidade. Fica evidente a discordância de posições do Sebastião e do Fernando.

A liderança representada pelo Sebastião ainda é manifesta no cotidiano da Cigana. No dia seguinte, 15 de janeiro, fui à casa de Nelson, Tapeba e crente, assim como estava combinado. Entrevistei-o sozinho primeiro e logo depois chegou a Dora e o Assis, primos seus. Ficou claro na disposição desses Tapeba o tipo de consideração que têm pelo Sebastião. Nelson contou que ele os ajudou a comprar as casas para morarem e que pelo fato do Sebastião ter saído da Associação, motivou-os a deixarem também a entidade. Já não sabem nem que ainda ocorrem reuniões semanais da Associação.

Assim, a figura de Sebastião destaca-se entre os Tapeba, de maneira muito clara. Até que ponto essa liderança po

de ser avaliada como fator de comprometimento da etnicidade? Essa questão precisa ser levantada para contextualizarmos a situação dos Tapeba na Cigana. A ficha estipula a indicação de lideranças políticas locais. E é pertinente o lugar do Sebastião nessa indicação, mesmo sendo branco?

É válida a crítica feita à utilização da categoria aldeia — como unidade de pesquisa — no caso da Cigana, que também é um bairro na periferia de Caucaia. Não podemos considerar a Cigana como se fosse uma aldeia. Os fatores determinantes da localidade são muito diversos e não dependem da conotação étnica apresentada por alguns Tapeba ali residentes. Eles podem dar singularidade à Cigana, mas o lugar continua sendo um bairro. Mesmo se recorrêssemos à proximidade espacial das residências dos poucos Tapeba dali, ainda assim seria exagero chamarmos de aldeia à "microrregião" que formam no interior da Cigana.

O tipo de levantamento que cumpríamos permitia uma espécie de abordagem longe da observação participante. Porém, estávamos alocados no campo, no território do objeto de pesquisa. Mesmo na Cigana, quando apenas visitava o local, ainda estava alojado na Capoeira e participava do cotidiano da periferia de Caucaia. Estou ressaltando o caráter ambíguo desse procedimento. Não fazíamos uma pesquisa de campo nos moldes clássicos, nem estávamos alheios a todo o contexto social que investigávamos. Ao contrário, estivemos embrenhados nele.

Na Cigana, fiz três entrevistas: com Sebastião Crente, com Nelson Tapeba e outra em grupo, com os Tapeba. Havia confirmação de respostas, o que já dava uma amostragem sufici

ente. Também porque o survey resgata dados básicos apenas. Mas conseguia apreender os fenômenos de maneira privilegiada, já podendo acrescentar informações, vindas de minha estadia nas Capoeiras e das visitas que fiz a outras comunidades Tapeba e às reuniões da Associação. No caso, estivemos voltados durante duas semanas para a realidade social dos Tapeba e não cheguei impune à Cigana. Não precisava interrogar sobre dados que os órgãos oficiais podiam responder-me melhor e então dirigia-me logo aos temas que pareciam mais pertinentes na contextualização dos Tapeba — enfatizando-os, metodologicamente. E o procedimento servia como prática a ser retomada adiante.

Barra Nova

Encontrei o Zé Tatu no Trilho. Ele resolveu levar-me até a Barra Nova no dia 20 de janeiro, até a casa do Josias. Na verdade, a casa fica no Icaraí, lugar próximo da praia de mesmo nome, que já tem urbanização. A casa do Josias fica ao lado da pista que leva à praia de Cumbuco. Ela está perto de dois restaurantes, de uma farmácia, um bazar, uma loja de material de construção e outra de artigos de surf e praia, além de casas de camada média e até um prédio de apartamentos. É um típico lugar de veraneio, com a presença de residências de antigos moradores, das camadas populares.

Soube que Icaraí já foi chamada de Barra Nova mas agora somente a área no interior recebe esse nome. É uma extensão de pequenos lotes dispostos numa faixa de terra,ilhada entre propriedades amplas. Lá vivem algumas famílias Tapeba, re

sidentes em casebres acomodados a certa distância um do outro. São 3,5 km de separação da casa de Josias até a Barra Nova.

Fiquei em Icaraí nos dias 20, 21 e 22 de janeiro. Não me esperavam, então. O meu contato foi o Tatu que era amigo do Josias. Houve um estranhamento logo de início. Quando chegamos, só estava a filha de 13 anos em casa. Aos poucos, chegou o Josias, branco e mais à tarde a esposa, Raimunda, Tapeba, sua mãe, D. Adalgisa e a irmã dessa, D. Almerinda. Vinham do trabalho nas casas de praia.

Um desconhecido chegava precipitadamente. Isso custou a ser absorvido, ainda mais depois de insistir para me darem hospedagem por duas noites na casa deles. O estranhamento foi evidente e tive que expor o meu objetivo, explicitando a minha distinção dos agentes da Pastoral e da Associação do Rio Ceará. É importante detalhar essa entrada na área, porque coloca as disposições apreendidas no lugar e como era feita uma inserção forçada e o estranhamento relevado. Mesmo se conseguia ser identificado como pesquisador. O survey carrega-se de restrições pois é um levantamento de dados que não estimula qualquer entrosamento que possa edificar-se como algo além do apresentável, do aparente. Sabia e os moradores sabiam da minha passagem transitória, mesmo que relevasse elementos denunciadores das questões que investigava. A minha estadia levava isso, pois não se reduzia à entrevista apenas, porém me acomodava naquele cotidiano.

O Josias trabalha como engessador no hospital, uma vez na semana. Nos outros dias ele é funcionário da administração do condomínio de residências na praia de Icaraí. Desem

penha diversas atividades de controle e manutenção até tarefas mais braçais. A esposa, a sogra e a irmã da sogra trabalham na faxina das casas, ajudadas pelas filhas e sobrinhas menores. O irmão da mãe de Raimunda, esposa de Josias, é vigia noturno no condomínio. Com a exceção do Josias, todos são Tapeba.

É preciso discutir o item economia da ficha-questionário a partir dos exemplos citados. A discussão é pertinente para as áreas visitadas anteriormente. O item está baseado na categoria aldeia como significativa da organização social dos membros de um grupo étnico. No caso, o Icaraí é um bairro de veraneio, não respondendo aos critérios que caracterizam a aldeia, já que não depende de critérios étnicos. Nem mesmo a área chamada Barra Nova se enquadra na categoria, pois apresenta moradores não Tapeba e a constituição dessa localidade depende de fatores modificadores relacionados à posse da terra e ameaça de expulsão pelos atuais fazendeiros.

Os Tapeba da Barra Nova estão espalhados numa faixa de terra composta de lotes impresados pelas pequenas fazendas locais. Eles residem esparsamente, sem qualquer continuidade, vizinhos de moradores não Tapeba. Entrevistei o Raimundo, irmão da mãe de D. Raimunda, esposa de Josias. Ele trabalha como vigia em Icaraí. Não é possível responder todas as questões do item economia, de acordo com as atividades desempenhadas pelos Tapeba entrevistados (quatro mulheres e um homem), que dependem do mercado de trabalho local, distante de seus lugares de residência ou dos seus lotes de terra. As atividades econômicas principais não são desenvolvidas na aldeia, até mesmo porque essa categoria não tem vigência ali.

No entanto, é possível avaliar que existem relações de parentesco que articulam as atividades econômicas. Elas não são apoiadas pelo cunho étnico totalmente. O fato dos Tapeba do Icaraí e Barra Nova trabalharem juntos em tarefas afins, não depende explicitamente do fator étnico, porém de uma rede de parentesco não determinada etnicamente.

De modo geral, nas Capoeiras, Cigana e Barra Nova/Icaraí constatei a existência de atividades econômicas não locais, desempenhadas pelos Tapeba. Podem trabalhar como vendedor de frutas, sorveteiro ambulante, carregador, vigia e faxineiras. O sustento econômico pode provir também da aposentadoria. São atividades sem relação direta com o local de residência ou com etnicidade.

Conheci o Josias por meio do Tatu. Foi o Josias quem serviu de contato com os Tapeba da Barra Nova e Icaraí. Ele pode ser encaixado como expoente político entre os Tapeba, como no caso da Cigana com o Sebastião Crente, mesmo não ocupando um cargo específico. Ele foi representante da Barra Nova na Associação do Rio Ceará e retirou-se da entidade quando houve o desvio de verbas que iriam ser dirigidas à sua comunidade, na construção de casas, de uma cacimba e uma escola. A saída de Josias motivou a retirada dos Tapeba da Barra Nova da Associação.

Josias me disse que os Tapeba não são muito de falar, e dava o exemplo quando sempre interferia nas entrevistas que fazia com os Tapeba, falando ou estando ao lado, na escuta. Levou-me até a Barra Nova e ficou ressentido porque marquei outra conversa com o Raimundo, sem que ele pudesse ficar presen

te. De fato, coincidiu com o dia de trabalho de Josias no hospital, na sexta-feira.

Não digo que Josias seja expoente político apenas por ter-me apresentado aos demais Tapeba e servido de guia. Justifico pelo comportamento que ele e os Tapeba tinham quando estavam juntos, ainda mais com a presença de um estranho. Não depende do comportamento, tampouco. Mas pelas relações particulares que ligam o Josias com os Tapeba, ao nível de parentesco e ademais na representação política assumida quando todos participaram da Associação. Ainda hoje tal destaque fica claro na presença que evidencia junto dos Tapeba.

O item invasões também pode ser citado aqui. Na Barra Nova houve a expulsão dos moradores de seus lotes de terra. Raimundo e Josias disseram que o fazendeiro João Bezerra, dono da propriedade Casa Grande ameaçou-os e expulsou muitas famílias da região. Os expulsos não tinham registro e nem todos eram Tapeba. No entanto, Raimundo não foi retirado dali porque mora no terreno de propriedade da mulher, que o recebeu por herança paterna. Inclusive, alguns lotes vizinhos são de propriedade de irmãos da esposa de Raimundo. Assim, eles não podem ser expulsos já que possuem o registro legal da terra. Não é possível avaliar invasões apenas do ponto de vista étnico na Barra Nova, apesar da rede de relações de parentesco, afinidade e amizade que pode ligar Tapeba e brancos. Os lugares de assentamento atual dos Tapeba podem ser referidos como antigo território indígena e servir de reivindicação legal por parte deles, mas se tomamos os eventos que ocorrem nestes lugares numa história recente, precisamos levar em conta outros níveis

e fatores explicativos. É o caso da história das ocupações da terra da Barra Nova por Tapeba, posseiros e latifundiários.

Almofala

Chegamos em Almofala no dia 24 de janeiro, na intenção de ficarmos até o dia 10. Pretendíamos iniciar o levantamento de dados na área da Varjota, onde tivemos acolhida surpreendente e também pela particularidade que tinha a forma local de luta pela terra. Também, combinamos empreender conjuntamente o levantamento, ao contrário do ocorrido em Caucaia. Estivemos acompanhados de Sonia, amiga de Maria Amélia Leite e que também conhece Almofala, e ficou conosco durante uma semana.

Logo na chegada, fomos em direção à Varjota. Porém, resolvemos passar na casa da Zeza e do Raimundo no Barro Vermelho, querendo marcar a estadia entre eles, como segunda etapa do levantamento. Por acaso, encontramos-os de saída para a reunião da CEB no Urubu. Houve a insistência da Zeza para que fôssemos até lá. No caminho, conhecemos outras pessoas e a Zeza nos mostrava os limites geográficos, contava sobre o cercamento das terras e da terra santa que cobria tudo ali, com direito exclusivo dos índios. No meio tempo de participarmos da celebração e voltarmos ao Barro Vermelho, já ficamos decididos a começar o levantamento naquela região, devido à recepção acolhedora e que não podíamos recusar, o que facilitaria o tipo de atividade que desenvolvíamos.

Ficamos no Barro Vermelho de 24 a 31 de janeiro, conhecendo a região que se estende dali até o Panan ou então pa

ra o Lameirão, passando pela Gamboa de Lama, Mangue Alto e Urubu. Então, passamos a conhecer diversas famílias, marcando en tre vis tas nos dias seguintes. D. Zeza e seu filho, Vilemar, nos levavam nessas visitas, sabendo da necessidade de guiar nos, já que a extensão do distrito é muito ampla. Nesse ca so, tivemos franca receptividade nos locais que visitávamos, pois a dimensão do estranhamento reduzia-se na presença de Ze za ou de seu filho.

As dificuldades que senti nas áreas urbanas de Cau caia, onde o contato era indireto, na maior parte dos casos, não se apresentaram em Almofala. Na verdade, as limitações de nossa estadia em campo pautavam-se no confronto do tipo de ques tion ário que levávamos com a objetividade dos fatos. Confir man do os mesmos impecilhos que passamos em Caucaia.

De 31 ao dia 4 de fevereiro, percorremos as áreas da Varjota do Lourival, Córrego do Amaro, Córrego Preto e Tapera do Coco. Ficamos hospedados na casa de Waldir e Diana, na de Agostinho no Amaro e de Estevão Henrique na Tapera. A solicita ção era grande por parte das pessoas nessa região, a despeito das dificuldades que passam, e não mediam esforços para nos re ce ber muito bem, da mesma maneira que sentimos da primeira vez que fomos até lá.

Desse modo, foi preferível passarmos cada noite na casa de famílias diferentes nas três áreas. A estadia da Var jota per mitiu que assitíssemos outra reunião da comunidade lo cal no dia 2 de fevereiro, renovando nossa intenção de conhe cer o cotidiano da região, dos seus moradores e de sua histó ria recente.

Aproveitamos para visitar o Zé Raimundo, presidente do Sindicato Rural de Itarema no dia 3 de fevereiro, acompanhados do Agostinho, que é seu irmão e nos hospedava no Amaro. De fato, só encontráramos o sindicalista poucas vezes anteriormente, mesmo dormindo na noite do dia 31 na sua casa, de passagem para a Varjota. A visita do dia 3 serviu para conversarmos melhor e até fizemos uma entrevista com os dois irmãos, o que mostrou ser de grande valia pelas considerações que fazem da constituição do sindicato municipal, da luta pelo asseguramento do usucapião da terra da Varjota e dos conflitos manifestados entre os pescadores da Varjota e Lameirão pelo uso da rede de pesca.

No dia 4 de fevereiro fomos até a Tapera do Coco. O Estevão Henrique nos esperava e nós estávamos em falta com ele, realmente. Seu filho tinha nos guiado na travessia do Aracati-Mirim na primeira vez que estivemos lá no dia 3 de janeiro. No dia 25, logo quando chegamos em Almofala, soubemos do assassinato do rapaz pela processão que passou em frente à casa da Zeza no Barro Vermelho. Uma multidão carregava o caixão. Morreu por motivo estúpido, pela briga de vizinhos. No caso, tínhamos que passar o dia na Tapera, mesmo sabendo do clima tenso do lugar e do perigo de sermos confrontados pelos vigias da empresa Du Coco, que moram ali e estão sempre "de guarda" na chegada de desconhecidos, ainda mais se perguntarem sobre os problemas da terra local.

No dia 5, voltamos para Almofala, na intenção de pegarmos o ônibus para Itapipoca. Nesse dia, tínhamos marcado uma reunião com a Comissão Pastoral da Terra da Diocese da cida

de, que atua na Varjota e contribuiu para a luta do usucapião local, até pela defesa feita pelo advogado da CPT, Dr. Pinheiro. O pesquisador Henyo Trindade Barretto Filho também partia de retorno no dia 6, o que finalizou a sua participação no levantamento de dados. Em Itapipoca, ainda pude conversar com D. Benedito, bispo da cidade que se mostrou muito interessado nas atividades do PETI, de sua dinâmica interna e dos objetivos destacados do projeto.

No dia 6, retornei para Almofala na intenção de permanecer até o dia 8, percorrendo as áreas localizadas do Cabaré à praia. Fiquei hospedado na casa do cacique Vicente Viana e tive oportunidade de entrevistá-lo pela segunda vez, e ficou demonstrado o seu interesse de organizar o torém, apesar das ameaças de morte sofridas por ele. Ele disse querer realizá-lo em outubro, na época da colheita do caju, quando costuma ocorrer a festa. Tive chance de entrevistar ainda o José Reinaldo, D. Venância e o João Venâncio, que puderam contar tanto sobre a história da Santa, o torém, e da prática da pesca, atividade econômica destacada na área da praia de Almofala, o que me permitiu coletar dados razoáveis sobre tal atividade, principalmente, no caso da pesca de curral no mar.

No dia 9, volto para Fortaleza e ainda tenho tempo para encontrar-me com Maria Amélia Leite como o confirmado antes da viagem para Almofala. Nesse encontro conheci o padre Gerardo da paróquia de Itauã, no município de Independência. Ele nos contou da possibilidade de existência de índios na fronteira do Ceará e Piauí, onde atua e que estes sofrem as pressões dos proprietários de terra e de empresas agro-industriais,

como o caso da Cajunorte. Achou viável a visita de alguns pesquisadores à região num período especificado anteriormente. Nesse dia encerrei as atividades estipuladas pelo levantamento de dados e pela estadia no Ceará.

Passemos agora à avaliação da ficha-questionário do jeito que foi utilizada na Almofala dos Tremembé. Vamos direto ao assunto da unidade de pesquisa — a aldeia. Percebemos na viagem de reconhecimento a dificuldade que teríamos de enquadrar a situação da "comunidade" de Almofala nessa categoria. De início, vale registrar que o distrito de Almofala compõe-se de subdivisões geográficas que a SUCAM categoriza como vilas. Os moradores usam essas subdivisões como unidades geográficas que distinguem territórios, relevos e outras características ecológicas. A categoria aldeia não é usada pela SUCAM e nem os Tremembé referem-se às unidades geográficas como aldeias, a não ser de uma forma distintiva, relacionada com a viagem de contato interétnico e com a legitimidade do direito de posse à terra da Santa. Essa questão é primordial.

A história da terra da Santa remete ao aldeamento dos Tremembé, à origem étnica da terra. É a terra do aldeamento, como dizem e que compreende duas léguas em quadra a partir de certos marcos confirmados pela maior parte dos informantes. A aldeia é categoria que legitima a origem étnica Tremembé que se resguarda pela posse dessa história. Na história oral vigora a categoria aldeia que tem valor real na medida que a terra da Santa é associada a uma extensão territorial. Nesse caso, faz parte da terra da Santa do aldeamento toda vila e propriedade dentro dos seus limites. Muitas pessoas como a Zeza e a

Joana disseram com vigor que os Tremembé têm direito à exten
são exata da terra do aldeamento, nem mais ou menos.

É relevante discutirmos a noção de povo e se ela é confundida com a denominação do grupo étnico. A auto-identifica
ção Tremembé é utilizada para assegurar a etnicidade e tamb
ém para garantir aos direitos que essa etnicidade traz. No en
tanto, é possível encontrarmos acusações do caráter verídico
da auto-identificação de alguma pessoa. Existem denúncias que algumas pessoas não sejam Tremembé e elas motivam questionar
tanto as características culturais como os benefícios trazidos pela assunção dessas características. Venância recusava acei
tar a origem étnica de muitas pessoas vizinhas, mesmo aquelas que dançam o torém. Ao contrário, os acusados mantêm a auto-
-identificação étnica e não deixam de manipulá-la, até pela
prática e crença em elementos culturais Tremembé.

Nesse caso, a diferenciação de brancos e índios tor
na-se difícil, já que a identidade étnica era manipulada e as
sumida em larga escala, o que até explica o fato do latifundiã
rio Adonias considerar-se também Tremembé, conforme foi relata
do por um informante. Mostrou-se difícil (e tornaria ainda ar
bitrário) a quantificação das casas e a qualificação dos indi
víduos por distinção étnica, o que levou-nos a preferir a cole
ta de dados qualitativos. Além do mais, confirmamos o que per
cebemos em Caucaia, na obtenção de informações mais corretas
nos órgãos oficiais e outras vias, longe de área, pois a exten
são territorial e o conjunto populacional de Almofala ultrapas
sava o exíguo tempo que tínhamos. Então, o survey pode servir
-se das vantagens que dados oficiais podem dar.

Se tomarmos a extensão da terra da Santa, teremos 17.424 ha para serem mapeados e plotados num tempo limite de 15 dias, o que mostra as restrições obrigatoriamente aceitas por nós. No entanto, valemo-nos da estadia na Varjota do Lou rival para percorrê-la e conhecer os seus limites que demarcam a extensão de 397 ha. Mesmo porque tínhamos guias privilegia dos a nos acompanhar: Agostinho e Waldir explicavam as distin ções geográficas e davam a contextualização política da ocupa ção da terra, o que nos pareceu superior à constatação fria do relevo geral. D. Zeza e Vilemar fizeram o mesmo no Barro Ver melho e adjacências. Sem dúvida favoreceram infinitamente o trabalho.

O item "política" pôde ser relativizado também na á rea Tremembé. Existem duas pessoas destacáveis ao nível de li derança política, porém qualitativamente diferentes: o cacique Vicente Viana e Zé Raimundo, presidente do Sindicato Rural de Itarema. O papel do cacique dos Tremembé não vigora ao plano do Caboré porque simplesmente ele mora lá e o local deva ser considerado uma aldeia.

Já questionamos anteriormente a categoria aldeia, não é preciso voltarmos à discussão. Mas, o cacique deve organi zar o torém e assim legitima certo poder garantido à sua pessoa. No caso, há mais de um ano não era executado o torém, devido às ameaças sofridas pelo Vicente.

Se Zeza não deixava de acusar o cacique pela ausên cia do torém, ela também não podia efetua-lo por sua própria conta, mesmo se contestasse a postura fraca do cacique. Além disso, citei na primeira parte que só o cacique pode permitir

o registro de qualquer propriedade no cartório de Itarema, o que estipula uma regulação por parte do Vicente Viana que lhe dá destaque. Mas as duas condições somente são sustentadas ao nível geral, do aldeamento original e por isso não estão limitadas pela configuração social da categoria aldeia. O poder do cacique está impresso pelos condicionantes da terra da Santa, muito mais abrangentes que as circunstâncias de uma localidade.

A situação de Zé Raimundo é muito peculiar. Precisa incentivar a coesão das reivindicações dos trabalhadores rurais de Itarema, o que já ultrapassa a dimensão distrital de Almofala. No entanto, o sindicato agrega Tremembé e até mesmo ele precisa lidar com essa identidade. Sua atuação política ultrapassa os limites que funcionam para o índio como pessoa, já que ele deve ser tutelado pelo Estado. A continuidade do processo de legalização da terra Tremembé sugeriria a perda da plenitude da capacidade civil na condição da passagem para a ordem de tutela do Estado.

Do mesmo modo, Zé Raimundo exerce a liderança local e ela foi questionada nesse nível também. O direito ao usufruário da terra da Varjota foi defendido pelo sindicato junto da comunidade. Porém, os moradores da Varjota questionaram a liderança sindical de Zé Raimundo quando ele foi envolvido no conflito entre as comunidades das duas margens do rio Aracati, La meirão e Varjota. O envolvimento foi indireto porque ocorreu com sua família e não consigo próprio. O conflito estava pautado na pesca de rio com tarrafa ou rede comum. Os pescadores da Varjota usavam rede de pescar e acusavam os moradores do La

meirão de usarem tarrafas e acabarem com o peixe miúdo, o que impedia a reprodução e sua continuidade ecológica. Os conflitos aumentaram pelo roubo das redes de ambas as partes. Na reunião da comunidade da Varjota no dia 2 de fevereiro, assistimos o questionamento público da liderança de Zé Raimundo, até na medida dos indivíduos não apoiarem-no como sindicalista. O confronto das redes estava na órbita local, porém ampliava-se ao nível sindical e há de se considerar que tanto na Varjota e no Lameirão existe a auto-identificação étnica, o que complica ainda mais a questão.

Há, no plano político, a combinação de outros elementos que na ficha está abarcado no item agências de contato. Essa discussão é pertinente entre os Tapeba e os Tremembé. Está referida ao que pode ser considerado contato numa situação onde Igreja, Estado, órgãos públicos e privados são elementos característicos do cotidiano desses índios. Isto é, são parte integrante dos raciocínios, interesses e disposições de suas comunidades e indivíduos. Assim, não é correto classificarmos instituições correntes como se fossem de contato. No entanto, não há de se esquecer da atuação das CEBs, da CPT e do CIMI, que podem alçar-se à categoria agência de contato.

Enfim, espero que o intento de abordar o questionamento da ficha-questionário tenha sido pautado pelo uso do material etnográfico colhido e dos dados suprimidos pela própria ficha. É pertinente colocar que o procedimento executado nas localidades foi motivado pela discussão conjunta dos dois pesquisadores em problematizar os limites enfrentados e recolocá-los de forma a cumprir sua função inicial: o levantamento de dados básicos.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Henyo Trindade Barretto Filho

O presente relatório pretende mapear o trabalho de survey realizado por Henyo Trindade Barretto Filho e Carlos Guilherme Octaviano do Valle junto aos grupos étnicos Tabepa, do município de Caucaia, e Tremembé, de Almofala, distrito do município de Itarema, bem como dar informações a respeito da visita de um dia que fizemos aos "índios cabeludos" da Lagoa da Encantada, município de Aquiraz, no Estado do Ceará.

Procurar-se-á aqui reconstituir o que foi e como foi o dia-a-dia do trabalho de pesquisa nos povoados, lugarejos, bairros e vilas destes municípios onde os Tapeba e Tremembé se encontram. Não se trata de um texto teórico e descritivo acabado. O que se pretende é dar ciência do encaminhamento de fato do survey, dos problemas e dificuldades enfrentados, das condições em que transcorreu o trabalho e em que foram coletados os dados, bem como quais foram os tipos de dados coletados e os métodos e recursos utilizados para esse fim. O objetivo desse relatório é, portanto, o de qualificar os dados coletados, dar um informe preliminar da pesquisa e contextualizá-la.

Antes de mais nada, é preciso deixar claro qual a relação deste trabalho realizado no Ceará com o "Projeto Estudo Sobre Terras Indígenas no Brasil: invasões, uso do solo e reursos naturais", desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional do Rio de Janeiro, e ao qual os dois pesquisadores se encontram vinculados. De acordo com os recentes desdobramentos do PETI, a pés

quisa levada a cabo no Ceará, do mesmo modo que a realizada por Rogério dos Santos Victor e Sidnei Clemente Peres (pesquisadores vinculados ao PETI) junto às populações ribeirinhas Ticuna e Kocama do Rio Içá, se encaixa dentro de um objetivo mais amplo e ambicioso de levantar a situação atual e de fato de ocupação das terras indígenas do Brasil, que contrasta na maioria das vezes, gritantemente, com o status jurídico destas mesmas terras.

Isso se fez, e está se fazendo, com o intuito de montar um quadro geral que será o "Cadastro Temático" por aldeia. Tal Cadastro foi pensado com o objetivo de relacionar áreas e regiões específicas de investimento de pesquisa com/por temas (terra, saúde, economia, invasões, tutela, educação, etc.), o que permitiria, da situação atomizada de estudos locais, caminhar para a elaboração de um amplo painel ao qual todas as pesquisas de situações locais estariam referenciadas.

Garante-se dessa forma a articulação das situações locais com um quadro de análise mais geral, de corte nacional, que abrangesse todas as terras indígenas, autorizando, assim, estabelecer relações entre: a tutela e o reconhecimento administrativo pelo Estado Brasileiro da posse indígena, a situação de fato e a verdadeira destinação das terras indígenas, e o reconhecimento da indianidade de grupos étnicos em situações de contato radicalmente diferentes. Outro objetivo deste "Cadastro Temático" seria o de permitir confrontar imediatamente, na hora de consultar os documentos referentes ao processo de demarcação das áreas, a situação de fato de ocupação destas terras com o reconhecimento jurídico de que dispõem.

No período de novembro e dezembro de 1987 participou-se de um grupo de estudos orientado por Antonio Carlos de Souza Lima, juntamente com outros membros do PETI. Tal atividade tinha o objetivo subsidiar as pessoas que brevemente estariam indo a campo, bem como contribuir para a formulação destas e outras pessoas que também participaram, com textos sobre epistemologia, metodologia, prática de trabalho de campo e survey, reflexão sobre a situação do pesquisador em campo, história e metodologia da história, redação de textos, etc... Enfim, tratava-se de um trabalho de base preparatório indispensável para o bom encaminhamento dos trabalhos de pesquisa que iriam ser desenvolvidos em campo.

Neste mesmo período, e intimamente relacionado com a idéia do "Cadastro Temático" por aldeia, elaborou-se o instrumento de pesquisa que levaríamos para campo: "Ficha Para Coleta de Dados Sobre TIs — Unidade de Pesquisa: Aldeia" (ver a baixo). Esta ficha foi elaborada pelo coordenador do Projeto, e orientador dessa pesquisa, Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira Filho, após cuidadosa análise e revisão de modelos de fichas censitárias e de coleta de dados elaboradas por órgãos tão distintos quanto o Centro Ecumênico de Documentação e Informação/ /CEDI-SP (que há algum tempo atrás também havia projetado realizar um levantamento geral semelhante) e o Conselho de Segurança Nacional (que está começando a aplicar um censo por aldeia junto às populações indígenas da fronteira, em virtude da implantação do Projeto Calha Norte), assim como fichas elaboradas por ele próprio e por outros pesquisadores que já tentaram realizar tipos semelhantes de survey.

Pensada pelo Prof. João Pacheco em termos da situação amazônica, a partir de sua experiência de pesquisa no Alto Solimões junto aos Ticuna, tal ficha, entretanto, foi rediscutida por um grupo: Henyo Barretto, Carlos Guilherme do Valle, Sidnei Clemente Peres, Rogério Santos Victor e Jurandyr de Carvalho F. Leite (membro da equipe do PETI, responsável pela montagem e organização do arquivo, pelo programa de informatização e pela criação de diversos instrumentos de trabalho).

Mateve-se a divisão temática (1) da ficha, pensada já em termos do "Cadastro Temático". Após reiteradas discussões e observações, foram sugeridas modificações em alguns dos subitens temáticos — aceitas em sua totalidade pelo Prof. João Pacheco — e acrescentou-se uma apresentação e um apêndice. O modelo final a que se chegou e que nos orientou em campo é o que ora se apresenta.

A apresentação e o apêndice foram anexados pois a perspectiva é que futuramente — principalmente agora, após esse modelo de ficha ter sido testado em campo por pesquisadores habilitados, capazes de criticá-la e apontar seus limites e possibilidades como instrumento de pesquisa — a "Ficha Para Coleta de Dados Sobre TIs" seja distribuída para a rede de colaboradores do PETI que trabalham diretamente em Áreas Indígenas. Os dados a serem computados por esses colaboradores servirão para ampliar o "Cadastro Temático", para além das áreas que foram percorridas no Ceará e nos Rios Içã e Japurá.

Nas discussões que antecederam a ida a campo, acordou-se que a ficha, dentro da dinâmica que se queria imprimir à pesquisa (numa prática que estivesse entre o trabalho de campo

stricto sensu e um survey de caráter geral orientado por temas), deveria ser utilizada como um roteiro de pesquisa.

De fato foi assim que o instrumento foi pensado: mais como uma orientação temática para a pesquisa e para entrevistas, do que como um questionário a ser aplicado formalmente numa situação de entrevista produzida junto a um informante específico privilegiado (e qualificado). Poucas foram as vezes de fato em que se pôde aplicá-la como um questionário formal.

Arriscou-se, dessa forma, ter cometido uma infração metodológica ao não termos seguido uma recomendação do orientador, de montar para cada aldeia um quadro de respostas numeradas de acordo com o Tema (romanos), Questões e Subitens (cardinais e letras).

O que foi possível fazer na situação enfrentada nas áreas Tapeba e Tremembé foi proceder como indicamos acima: utilizar a ficha como roteiro. Os dados constariam no caderno de campo, nas entrevistas gravadas, nos depoimentos transcritos em discurso indireto e nos rascunhos de mapa e desenhos, e só seriam sistematizadas e organizadas em temas de uma ficha cadastro temática em um segundo momento.

Em função do tempo exíguo deixou-se a sistematização para uma segunda etapa. A disposição era de não violentar as situações informais que se desenvolviam, registrando esse material no caderno de apontamentos de campo. Havia, além disso, o fato de Carlos Guilherme estar enfrentando uma situação de pesquisa de campo pela primeira vez, o que colocava como prioritário o desenvolvimento de um relacionamento amistoso entre os termos da pesquisa: sujeito e objeto.

Tendo ficado clara a orientação geral seguida, há que se salientar que a ficha apresentou uma série de problemas com relação às situações específicas das áreas Tapeba e Tremembé.

Não caberia discuti-las num relatório de atividades, mas deve ficar claro que a análise dos limites do instrumento de pesquisa deve ser exaustivamente conduzida (não neste fórum), sob pena de se estar sistematizando o material coletado sob categorias e unidades arbitrárias e inexistentes. No decorrer do relatório apontar-se-ão alguns dos problemas enfrentados, mas não todos. Flexibilizou-se a ficha até onde foi possível, tendo-se, porém, subvertido-a quase completamente na área dos Tremembé. Isso será apontado a seguir.

Antes de continuar, gostar-se-ia de esclarecer que o fato de se ter trabalhado com vários informantes, várias agências e instâncias de informações, não obscureceu a necessidade imperiosa de qualificá-los e assim se fará neste relatório.

O fato de ter-se seguido a orientação básica geral delineada acima, não implicou que se abandonasse de uma vez por todas o recurso a entrevistas dirigidas. Todas as vezes em que houve condições isso se deu, com resultados positivos inclusive. Privilegiamos, porém, o procedimento acima indicado como forma adequada de fazer com que os informantes falassem pela ficha, como um filtro.

Dirigiu-se a observação, as conversas informais, as entrevistas gravadas, pela ficha. Procurou-se nunca se separar dela e consultá-la sempre que possível, no sentido de procurar internalizar sua estrutura como um "habitus mental" diretor da

pesquisa, sem esquecer, entretanto, os limites e as possibilidades desta atitude e desta estrutura (a ficha).

Desembarcamos em Fortaleza no dia 27 de dezembro de 1987, um domingo. Contamos, mais uma vez, com o inestimável apoio local, para o desenvolvimento da pesquisa, da Equipe de Pastoral Indigenista da Arquidiocese de Fortaleza, nas pessoas de seu coordenador, o advogado Raimundo Sérgio de Barros Leitão, e da assessora pedagógica, Lourdes Barros. Providenciaram como dos no Seminário da Prainha para que lá nos hospedássemos durante a estadia em Fortaleza e que serviria como base de referência na capital. Estava garantida a hospedagem e alimentação em Fortaleza durante o período em que lá estivéssemos. Almoçaríamos no refeitório do Seminário.

Os primeiros cinco dias em Fortaleza utilizamos para renovar contatos e fazer novos, bem como para familiarizar Carlos Guilherme com as pessoas com quem Henyo já havia trabalhado e conhecer novas, que seriam importantes para estender o trabalho para uma área que ainda não havíamos visitado: Almofala dos Tremembê. Foi-se, também, algumas vezes, até Caucaia de Ônibus, para que Carlos Guilherme fosse apresentado a alguns dos Tapeba e conhecesse um pouco da área com que tomaria contato muito em breve.

Logo no dia 28 tivemos duas reuniões. A primeira, pela manhã, com Maria Amélia Leite (53 anos, missionária do CIMI atuante na área dos Tremembê, em Almofala, com boas relações com a CPT da Diocese de Itapipoca, que atua atingindo parte da área dos Tremembê) e Maria Leônia (21 anos, graduanda em Ciências Sociais, que auxilia Maria Amélia na atuação junto aos

Tremembê, tendo estado na área por duas vezes até então).

Era importante o contato com ambas, porque representavam uma via de entrada e de apresença aos membros do grupo. Maria Amélia, inclusive, de há muito mantinha contato conosco no sentido de fazermos uma visita à área Tremembê para realizarmos algum tipo de trabalho de pesquisa. Foi graças à sua disponibilidade e disposição em ajudar que pudemos cogitar de estender o levantamento ao grupo étnico Tremembê.

Durante a reunião apresentamos o nosso plano e projeto de trabalho junto à área e os objetivos do levantamento que estávamos para fazer. Ouvimos atentamente a exposição de ambas sobre o quadro da situação atual na área, dados estes os primeiros que obtivemos sobre o grupo.

Fizeram sua apresentação da situação da área e da distribuição do grupo se utilizando de um mapa do município de Itarema, que, em seguida, nos cederam para reprodução. Além do mapa do município de Itarema, nos emprestaram também para reproduzir uma plotagem recente (18.11.86) da distribuição de casas (342 residências) e ruas da sede do distrito de Almofala, realizada por um cartógrafo de nome G. Nilo. Disseram se tratar de mapas confusos, porém, algo aproximado da geografia da área. Fomos informados na ocasião que a quase totalidade dos habitantes do distrito, das duas ruas principais da sede inclusive, era Tremembê, ou, como eles mesmos dizem, "de dentro do aldeamento".

Em função das informações que nos foram dadas e da complexidade do quadro apresentado, bem como da magnitude da área, logo retraçamos os nossos planos. A estratégia original

era deixar para fazer o levantamento na área Tapeba após realizá-lo em Almofala. Isso porque já havia uma quantidade razoável de informações sobre a área Tapeba, esta ficava mais próxima de Fortaleza (Caucaia é um município da região metropolitana, acessível por meio de transportes coletivos urbanos, distante apenas 16 km da capital) e o nosso relacionamento com a Equipe de Pastoral Indigenista da Arquidiocese de Fortaleza, que atua na área, já era estável (2).

Enfim, havia uma série de facilidades e o mais sensato seria começar pelo mais difícil. Concordamos, porém, que o mais sensato seria fazer primeiro uma visita rápida a Almofala para conhecer a área e as pessoas, para nos familiarizarmos com os futuros anfitriões. Só mais tarde retornaríamos à área para iniciar o trabalho de fato, decidindo-nos por começar o levantamento pela área Tapeba, pelas mesmíssimas razões de facilidade de acesso: era o que estava mais "à mão".

Há uma questão metodológica importante aí: nunca havíamos estado entre os Tremembé antes. Fazia-se mister um período onde fôssemos apresentados e tivéssemos a oportunidade de dar uma "rodada" geral pela área. Marcamos com Maria Amélia e Leônia uma reunião para o dia seguinte na casa do fotógrafo Marcos Guilherme Vieira dos Santos.

Na tarde deste mesmo dia nos reunimos com Sérgio e Lourdes na sala da Equipe, no subsolo da Catedral Metropolitana. Expusemos então os objetivos do levantamento a ser encaminhado, o nosso plano de trabalho e nosso calendário provisório — que já tinha marcado uma viagem de três dias a Almofala no fim-de-semana que se seguia: dias 1, 2 e 3 de janeiro. Soube

mos, então, que o uso do carro da Equipe encontrava-se muito restrito, o que não era para nós um problema, pois tínhamos planejado conduzir o trabalho, desta feita, da forma mais independente possível com relação à Equipe.

Só fizemos questão de poder contar com a Kombi no dia 9 de janeiro, data que prevíamos estar indo definitivamente para a área Tapeba, onde estávamos pretendendo ficar por uns 15 dias. Sérgio manifestou sua preocupação com a situação de tensão nas Pontes, onde, há dias, Fernando Tapeba havia sido esfaqueado. Marcamos uma visita às Partes e à Vila Nova para a manhã seguinte, para que Carlos Guilherme pudesse ter seu primeiro contato com a situação.

Na manhã do dia 29 nos dirigimos de ônibus até a Vila Nova, na companhia de Sérgio, que tinha ido conversar com o seu Chico Bento, representante da Comunidade. Henyo preocupou-se durante todo o percurso em prestar informações para Guilherme, visto que era o primeiro contato deste com a área. O que mais impressionou foi o aumento sensível da concentração residencial e populacional naquela área, uma verdadeira favela da periferia de Caucaia. Chico Bento havia se mudado das Capoeiras para a Vila Nova este ano e estava com o galpão do tear (projeto comunitário implantado pela Equipe da Arquidiocese) a pleno vapor, utilizando mão-de-obra basicamente familiar.

Soubemos, então, que as pressões do Zé Prudêncio da CERAPELES e dos técnicos da TBA tinham voltado a ocorrer. Mais uma vez os moradores da Vila Nova estavam sendo ameaçados de ter as suas cercas e casas derrubadas pelos projetos expansionistas destas duas empresas. A ameaça também pairava sobre a

área de mangue próxima à vila, que arriscava ter boa parte de sua área desmatada.

Fomos até as Pontes, a pé, pelo acostamento da rouvia BR-222. Ponte 1 e Ponte 2 distam uns 200 m da Vila Nova. Ali se confirmou a impressão de aumento da concentração residencial e populacional. A Ponte 1 contava com 41 residências e a Ponte 2, com 25. O número de casas tinha quase dobrado. Alberto encontrava-se morando agora na Ponte 2 e foi a primeira pessoa que encontramos.

O clima de tensão e violência era explícito: Fernando, quando soube que nós estávamos por ali, veio para conversar conosco. Seu estado era péssimo: os curativos das facadas eram precários. Conversando com ele, Alberto e Raimunda tomamos conhecimento de alguns dos conflitos que estavam ocorrendo então, e as prováveis causas destes conflitos, que tinham uma relação muito próxima com o aumento do contingente populacional com elementos vindos de fora e as pressões que estes vinham exercendo sobre os Tapeba nas Pontes. Não faltaram acusações aos Tapeba que residem na Ponte 1 por estarem se comportando de forma censurável, tendo até vendido uma residência que pertencia à Associação das Comunidades do Rio Ceará.

À tarde do mesmo dia nos encontramos com Maria Amélia e Leônia para conversar com Marcos Guilherme Vieira dos Santos, na residência deste. Marcos Guilherme é fotógrafo, tem 34 anos, e morou 8 anos em Almofala, na praia, em companhia dos Tremembé. Tem um trabalho fotográfico de altíssima expressividade e um profundo interesse estético pelo grupo, tendo apenas há algum tempo, por influência de Maria Amélia, come

çado a se preocupar com questões históricas, antropológicas e políticas com relação ao grupo. Em 1987 realizou a exposição "Os Tremembé de Almofala", com apoio da UFC, MINC, FUNARTE e outras agências financiadoras de projetos culturais e tinha, recentemente, recebido o aprova da FUNARTE para dar continuidade de a seu projeto de etno-fotografia junto aos Tremembé de Almofala. Mostrou-nos, na ocasião, as fotos emolduradas que compuseram a exposição acima referida.

Auto-didata, Marcos Guilherme realizou levantamentos, fez pesquisas e chegou inclusive a elaborar um texto histórico e etnográfico sobre os Tremembé, baseado nessas suas pesquisas. Emprestou-nos este texto e ainda nos apresentou a dois trabalhos teóricos sobre Almofala. Um era uma tese de mestrado defendida no próprio PPGAS pelo Prof. Luís de Gonzaga Mendes Chaves, intitulada "Trabalho e Subsistência. Almofala: Aspectos da Tecnologia e das Relações de Produção", de 1973. O outro era uma tese de mestrado em Sociologia defendida no Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da UCF pela Prof.^a Maria Bruhilda Telles de Souza, intitulada "Mitos e Símbolos na Migração Praiana. 'O Caso de Almofala'", de 1983.

Foi a primeira vez que tomamos conhecimento da existência de trabalhos teóricos sobre a região. Conversamos demoradamente com Marcos Guilherme que nos forneceu uma série de dados, entre os quais cabe destaque o levantamento que fez em 1984 junto ao guarda da SUCAM que atuava na área de Almofala, onde constava o número de residências e de habitantes por povoado do Distrito de Almofala. Tal levantamento ele fez levando em conta não apenas a classificação administrativa da SUCAM,

mas também a divisão administrativa proposta por Luís de Gonzaga Mendes Chaves na introdução do seu trabalho, tendo sido lido e conferido as duas. Cedeu-nos este levantamento para reprodução e, mais uma vez, confirmaram-se as perspectivas de dificuldade que teríamos de realizar o levantamento para uma área tão grande no tempo tão exíguo que teríamos.

Marcos Guilherme, Maria Amélia e Leônia foram preciosos informantes para o mapeamento da situação dos Tremembé. Nestes dois dias, nestas duas reuniões com os três, obtivemos um material já bastante significativo, que já dava para traçar um esboço do quadro. Ficou acertado que Marcos Guilherme nos acompanharia em nossa "visita de reconhecimento" a Almofala nos dias 1, 2 e 3 de janeiro.

Isso era muito importante do nosso ponto de vista, pois marcava uma penetração na área de duplo sentido: Maria Amélia tinha uma atuação marcadamente política e um relacionamento mais estreito com o "pessoal da mata"; o vínculo de Marcos Guilherme era mais intenso com o "pessoal da praia" (onde morou por 8 anos na companhia da sua esposa, que era artista plástica) e de natureza diferente do de Maria Amélia: predominava o interesse estético. Achávamos que, numa primeira visita à área, seria importante estar acompanhado de ambos, justamente para não marcar filiações e interesses de um tipo apenas aos olhos dos Tremembé e descaracterizar uma identificação unilateral, com um ou com outro.

No dia 29 ainda, à noite, após jantarmos na casa de Maria Amélia, fomos nos encontrar com o Prof. César Barreira da UFC, ex-coordenador do Mestrado em Sociologia da UFC, cargo

ocupado agora pelo Prof. Charles Baylier. Havia, e há, um interesse de intercâmbio entre a UFC e o PFTT, no sentido de realizar um seminário naquela Universidade sobre questões relativas à Terra Indígena e grupos étnicos no Nordeste. César Barreira ficou de articular um encontro entre nós e alguns dos coordenadores do Curso e da Pós-Graduação da UFC para o dia 31 pela manhã.

Como parte de nossas intermitentes visitas à Caucaia durante esta semana na quarta-feira, dia 30, fomos à Vila Nova para a reunião semanal ordinária da Comissão Geral da Associação das Comunidades do Rio Ceará, que se realizaria no galpão do tear do Chico Bento, pela tarde. Seria a oportunidade de Guilherme se apresentar "oficialmente" aos Tapeba, se fazer ver aos representantes de várias comunidades, bem como acompanhar uma reunião destas pela primeira vez. Nesta ocasião, entregaríamos, como de fato o fizemos, à Associação das Comunidades do Rio Ceará, um exemplar do Terras Indígenas no Brasil, bem como um exemplar do "Relatório de Atividades" e do texto "Economia Tapeba", elaborados por Henyo Barretto, fruto do período anterior de trabalho de campo que este já havia desenvolvido na área.

Fizemos isso explicando detalhadamente o significado dos respectivos trabalhos e eles pareceram ficar muito satisfeitos, inclusive porque o nome da área Tapeba encontrava-se na "Listagem das Terras Indígenas do Brasil" e porque alguns se identificaram no anexo do trabalho sobre organização econômica que continha fotografias das etapas de alguns dos processos produtivos. Os trabalhos ficaram na posse de Chico Bento, com

autorização e obrigação de circular pelas comunidades, tendo o Alberto levado exemplar do TIB para casa, para que Macinha pudesse ler para ele.

Esta reunião foi especialmente movimentada. Havia representantes de várias comunidades. Até do Trilho e da Lagoa do Tapeba. Henyo Barretto apresentou Carlos Guilherme do Valle a todos os que conhecia e não conhecia. Contava-se com a presença, nesta reunião, do Secretário de Ação Social do Governo do Estado e suas assessoras, e do Dr. Murilo, Presidente de uma associação assistencial de nome Fundação São Judas Tadeu, que desenvolvia projetos de saúde e educação em algumas áreas onde residiam Tapebas.

Dr. Murilo conseguiu uma promessa de verba para financiar mais uma escola e posto médico da Fundação a ser instalado na Vila Nova, para "aquelas comunidades carentes", junto ao Secretário, que por sua vez discutiu demoradamente com Sérgio sobre a situação dos Tapeba. Atentos, observávamos e autorizávamos tudo o que se passava. Conseguimos, junto ao Dr. Murilo, reunir dados sobre a atuação e sobre as áreas de atuação da Fundação São Judas Tadeu em Caucaia. Logo que os dois se retiraram voltou-se à discussão dos encaminhamentos dos projetos comunitários e dos problemas das comunidades. Foi só, então, que Guilherme se apresentou e que lhes entregamos os referidos trabalhos. O fato de Henyo já ser conhecido na área pela maioria dos Tapeba facilitou em muito a apresentação de Guilherme.

Na quinta-feira, dia 31, pela manhã nos reunimos no Departamento de Ciências Sociais da UFC, com as professoras Sulamita, Maria Bruhilda e Irley — a última ocupando interina

mente a Coordenação do Mestrado em Sociologia — para os acer
tos finais com vistas à realização do Seminário na UFC. Recolo
cou-se a proposta, discutiu-se o programa, apresentou-se o traba
lho que desenvolvíamos no PETI, apresentamos o trabalho que
ora estávamos desenvolvendo e deixamos um exemplar do TIB nas
mãos da Universidade, para que pudessem avaliar mais de perto
o tipo de perspectiva que orientava a nossa atuação.

Não tendo chegado a um acordo com relação à data do
evento, já que, de resto, tudo tinha sido consensual, marcamos
uma reunião para a sexta-feira seguinte, dia 8 de janeiro, antes
da qual eu entraria em contato com o Prof. João Pacheco para
procurar definir uma outra data possível para o evento. Fici
cou acertado que a UFC, na pessoa do Coordenador do Mestrado
em Sociologia, ia requerer verba para Realização de Eventos
Científicos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico
e Tecnológico - CNPq. Verba essa que visa financiar e proporcion
ar uma estrutura para a realização do Seminário.

Não houve reveillon para nós. No dia 1º de janeiro
estávamos às 6:45 da manhã na rodoviária para pegar o ônibus a
tê Almofala, na companhia de Marcos Guilherme e Maria Amélia.
O ônibus saía às 7:00 da manhã. Maria Amélia havia comprado as
passagens com antecedência e havia deixado as nossas no seminário
no dia anterior. Só há duas formas de chegar a Almofala
de ônibus e os dois saem de manhã bem cedo. Um vai direto para
Almofala pelo Córrego da Volta e sai às 7:10 e foi o que
nós pegamos. Outro vai pelo município de Acaraú e sai às 7:00,
só que chega mais tarde a Almofala.

Almofala fica a 230 km de Fortaleza, a capital do Es

tado. Devido às paradas excessivas a viagem chega a durar, às vezes, seis horas. Almofala é distrito do município de Itarema, que foi desmembrado do município de Acaraú e emancipado pela Lei nº 11.008 de 05 de fevereiro de 1985, devido a um forte movimento pela emancipação do distrito levado a cabo por políticos com base eleitoral em Itarema e Almofala. A situação administrativa precária não nos permitiu localizar mapas mais exatos, nem a prefeitura de Itarema, nem em qualquer outra instância, tendo que nos contentar com aqueles mapas de que já dispúnhamos.

Esse fator também foi complexificante na medida em que ficou sempre incerta para nós a divisão administrativa dos quadros do distrito e os limites deste. Isso colocava, o que ficou claro para nós nessa rápida "visita de reconhecimento", um problema que nós já tínhamos identificado como a "assombração metodológica" que nos perseguiria, como de fato perseguiu, incessantemente durante toda a pesquisa, tanto na área Tapeba, quanto em Almofala: a unidade mínima de análise para a coleta de dados — aldeia.

Não sabemos se foi por ler muito Bourdieu, mas o fato é que não encontramos objetivamente nada, nenhuma situação na área Tapeba ou na área Tremembé (com raríssimas exceções em ambas) que nos autorizasse a estabelecer esta autonomia metodológica, pois não estaríamos sendo fiéis à realidade com a qual estávamos nos defrontando. Pudemos identificar raríssimas situações definidoras de alguma unidade, tanto numa área quanto em outra.

Isso não significa, entretanto, que não nos esforça

mos para compreender e procurar identificar os limites. Mas o fato é que, para que pudéssemos ter dado conta disso, seria necessário termos ficado nas áreas por um longo tempo para poder identificar distâncias e limites sociais, que não necessariamente são idênticos aos limites administrativos. A forma como esses planos se conjugam, se interseccionam e se sobrepõem, acreditamos que seja parte importante de um estudo das dimensões da organização social e seu reflexo no espaço geográfico.

Chegamos a Almofala às 12:30 e nos dirigimos para a praia, onde Marcos Guilherme conhecia uma pessoa que poderia nos dar pousada por estes três dias. Antes de chegarmos à praia, porém, travamos o nosso primeiro contato com elementos do grupo étnico Tremembé. Tratava-se da velha Venância e de sua filha Maria Venância, que moram numa casa na região das dunas. Marcos Guilherme entrou na casa como quem dispõe de grande intimidade. Fomos apresentados por Marcos Guilherme e Maria Amélia. Um típico primeiro contato. Nós ainda estávamos muito inseguros. Conversou-se muito pouco. Marcos Guilherme era o mais eloqüente: salientou o vigor, a criatividade e força de Venância e seus filhos, a sua importância e a sua pureza, contribuindo para que a relação ficasse cada vez mais tímida.

Explicamos, então, a Venância quem éramos, o que estávamos fazendo, procurando demonstrar interesse pela história dos Tremembé e pelo Torém (3), que nós sabíamos que ela dançava. Procurávamos salientar o nosso interesse, como estudantes, na vida dos Tremembé da Almofala, tentando conquistá-la e assegurar um lugar de estadia na época em que voltaríamos para realizar a pesquisa, fim do mês de janeiro.

Todas as visitas que realizamos nesse período de "reconhecimento" tiveram essa mesma estrutura. Nos apresentávamos como estudantes interessados na vida atual dos Tremembé, marcando sempre o nosso interesse pela vida deles hoje em dia. Marcos Guilherme, sempre eloqüente, intervia a todo momento procurando dar informações complementares que, se por um lado nos serviram bastante, por outro acabavam interferindo no andamento da conversa. Maria Amélia algumas vezes se irritava com esse procedimento, mas se Marcos Guilherme por vezes falava pelos Tremembé, isso nos colocava na obrigação de dirigir nossas perguntas e nossos esclarecimentos aos índios mais diretamente, nos forçando a estabelecer contato.

Agradecemos a ele o desprendimento que nos obrigou a falar e a nos sentir à vontade nas casas que visitamos. Maria Amélia, por outro lado, sempre querendo garantir e criar ocasiões para que falássemos e nos apresentássemos, foi de fundamental importância. Termos sido acompanhados pelos dois foi muito importante, como já salientamos acima.

Fazia sol e muito calor, além de ser um feriado prolongado. A praia de Almofala estava cheia. Segundo Marcos Guilherme esse era o único dia do ano em que a praia ficava cheia. Estávamos assistindo a um típico exemplo de "turismo regional" (expressão de Marcos Guilherme). A praia de Almofala é de uma beleza exuberante mas não está no circuito das praias freqüentadas por turistas de outros estados. A maioria dos carros que estavam ali tinha placa de Crato e de Crateús, o que indicava um circuito de lazer local.

Ficamos hospedados e fizemos nossa base nos quartos

que o casal Lúcia e Adrião costumam alugar para quem deseja ficar à beira-mar em temporada como essa, de feriado. Lúcia e Adrião, que também é dono de um barco de pesca, exploram um pequeno bar e restaurante de beira de praia, alugando quartos (na verdade trata-se de uma construção simples de tijolos e telhas) para turistas. Como Marcos Guilherme era íntimo do casal, só nos seria cobrado o preço das refeições que fizéssemos.

Ainda no domingo à tarde, após o almoço, Marcos Guilherme nos levou para conhecer a faixa de praia até a boca do Rio Aracati-Mirim, afluente do Aracati. Andamos por três quilômetros de praia até os Torrões e voltamos por dentro pela região das dunas, por uma estrada de areia, numa paisagem de sértica. Durante a caminhada Marcos nos deu uma série de informações sobre a área.

Na xerox reduzida de um trecho do mapa da SUCAM do município de Itarema que anexamos ao texto, o trajeto que seguimos no domingo é o número 1.

Os Torrões (no mapa sob o nome de "Mangue Alto do Bonifácio", onde paramos para tomar um suco de muriá^{ci}, é uma área de baixa concentração residencial Tremembé e de população flutuante. Há na região um ativo porto lagosteiro. Neste dia a quase totalidade dos barcos estava fundeada no rio para reformas, não era época da pesca de lagosta, uma atividade econômica importante para o município e que emprega inclusive elementos Tremembé.

Há aí um pequeno estaleiro para a construção de barcos, bem como um frigorífico, de propriedade do vice-prefeito de Itarema, José Maria Monteiro, responsável pela compra de to

da a produção de lagosta do porto (de peixe também), que é revendida para a Amazônica — a maior distribuidora da produção de lagosta no Ceará, e quiçá do Nordeste, de propriedade dos irmãos Domingos e Afonso Fontes (o primeiro Deputado Estadual pelo PFL, o segundo assassinado durante a sua campanha para Deputado Federal pelo mesmo partido). E assim, fomos tomando conhecimento de uma série de informações importantes.

Na volta, pela estrada que atravessa a região das dunas, paramos e visitamos o cacique dos Tremembé, Vicente Viana, já nas proximidades da praia de Almofala, numa região conhecida como "Caboré das dunas". Vicente estava um pouco bêbado, tinha ido para uma festa nos Patos (outro distrito do município de Itarema) e havia bebido muito mocororô. Ali repetiu-se o mesmo ritual e conseguimos a simpatia de mais um futuro anfitrião. Vicente andava muito preocupado desde que havia recebido uma ameaça de morte: ele, como cacique, é o responsável pela organização do Torém, pela convocação das pessoas e pela providência de arranjar mocororô para o ritual. Como o Torém é um dos poucos "documentos" (segundo ele nos disse) que eles têm como prova de sua indianidade, os "tubarão" dono das terras não querem que eles continuem dançando o Torém — motivo pelo qual Vicente foi ameaçado.

Dorminos na Lúcia e no Adrião esta noite.

Antes, porém, fizemos uma rápida visita a João Venâncio, um outro filho de Dona Venância, pescador que mora na praia e que foi vizinho de Marcos Guilherme no tempo em que este morou em Almofala. Foi a primeira vez que notamos algum constrangimento com relação às intervenções de Maria Amélia. Venâncio

cio não acreditava nesta história de que "o povo do aldeamento" ia conseguir as terras deles de volta. Mas ficou interessado com a nossa preocupação em conhecer o modo de vida deles.

No dia seguinte partimos em direção da mata com intuito de chegar até a Varjota (trajeto 2 do mapa). Havíamos encontrado na praia, no dia anterior, um jovem da Varjota, Francisco, a quem tínhamos sido apresentados e com quem conservamos. Ele havia se comprometido a enviar alguém para o Lameirão, por volta das 11:30, para nos ajudar a atravessar o rio. Saímos bem cedo na manhã de sábado em direção ao Barro Vermelho, onde fomos apresentados a um simpaticíssimo casal de índios: Dona Zeza e Seu Raimundo, que mais tarde viriam a ser nossos principais anfitriões. Percebemos aqui uma disposição, um discurso e um comportamento bem distinto do que havíamos notado na noite anterior na casa de João Venâncio: Zeza falava com segurança, com vigor e com uma certa virulência, do direito que eles tinham àquela terra; denunciou práticas de grilagem; deu nome aos "tubarões"; contou a história dos Tremembê; e elogiou o trabalho do "povo das comunidades" (4). Foi uma "chuva de informações". Interessaram-se e estavam dispostos a apoiar decisivamente o nosso trabalho, podendo nós contar com a hospitalidade deles.

Seguimos caminho até o Panã de Cima (no mapa "Pena do Sales") para a casa do velho João Paulino, que não se encontrava em casa, mas que Maria Amélia assegurou seria um excelente informante e anfitrião.

No Lameirão, paramos para visitar José Raimundo, Tremembê, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ita

rema, que também não se encontrava em casa: tinha viajado para o Acaraú e depois iria a Fortaleza resolver problemas de ordem jurídica. Fomos recebidos por duas de suas filhas, que soubemos serem professoras de uma escola comunitária que funcionava na casa de farinha de José Raimundo e recebia material escolar da Prefeitura de Itarema. Deixamos recomendações e seguimos caminho. Atravessando o quintal de Mané Paciência, ainda no Lameirão, fomos dar no Aracati-Mirim e qual não foi a nossa surpresa a não encontrar ninguém nos esperando no horário combinado. Como a maré estava baixa resolvemos arriscar. Apesar da dificuldade de Maria Amélia, devido à idade, chegamos ao outro lado do rio e fomos dar na Varjota.

O que chama atenção na Varjota é a tranqüilidade. Esta área era desconhecida de Marcos Guilherme, mas era "a casa" de Maria Amélia. Desta vez foi ela quem foi entrando sem cerimônia na casa de Baía (Maria) e Mundola (Raimundo), dois irmãos — a primeira "moça-velha" e o segundo viúvo. Fomos muito bem recebidos e almoçamos uma deliciosa farofa de camarão. Descansamos um pouco à tarde.

Alguns dados sobre a Varjota. É nessa região que atua a CPT da Diocese de Itapipoca; foi aqui que se deu uma das lutas mais acirradas pela posse da terra, que contou com o apoio do advogado da Comissão, e na qual o povo da Varjota saiu vitorioso; foi a partir dessa luta específica e com a oportunidade criada pela emancipação do município de Itarema — permitindo que se rompesse com o sindicato "pelego" do Acaraú — que se criou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itarema (poderia até se dizer que este foi uma obra dos Tremembé).

Ali na Varjota pudemos observar um sentimento de comunidade e unidade que, até então, era inédito para nós. O salão comunitário, no centro geográfico de um amplo terreno, onde funcionava a escola e onde ocorriam as celebrações e reuniões comunitárias, era como que uma expressão disso. Na verdade, a Varjota são três povoados (Sítio Varjota do Lourival, Sítio Córrego Preto e Sítio Córrego do Amaro) que conseguiram, conjuntamente (os laços de parentesco nestes povoados é muito estreito), o reconhecimento da sua posse através do instrumento jurídico do usucapião coletivo, beneficiando-se de 397 hectares de terra, para os seus mais de 40 grupos domésticos, contra a empresa Du Coco — empresa financiada pela SUDENE, BNB e BEC entre outros.

Neste mesmo dia, visitamos seu Agostinho, irmão de Zé Raimundo e uma das lideranças locais mais ativas (delegado do Sindicato), residente no Amaro. À noite, a surpresa: havíamos marcado uma reunião no salão comunitário para nos apresentar aos membros de toda a comunidade da Varjota e explicar o sentido do nosso trabalho — o salão ficou entupido de gente, foi um acontecimento social de grandes proporções, todos estavam vestidos como que para a ocasião de algum fato especial.

Como o evento assumiu tamanha proporção, acabou se transformando num momento para cânticos, ensaios de passos de coco (ritmo, música e dança locais) e outros eventos pitorescos. Maria Amélia marcando a importância para os presentes de que eles tinham que ter claro, para eles, o objetivo e a importância do nosso trabalho, como que querendo marcar ainda mais a politização das posturas daquele grupo local — onde mais cla

ramente que em qualquer outro, as pessoas se identificaram como "índios Tremembé".

Marcos Guilherme aproveitou para se apresentar, falar do seu trabalho fotográfico e "massagear o ego" das pessoas ali presentes, falando da importância do trabalho de comunidade que ele desconhecia e que estava presenciando pela primeira vez. Demonstrou, para os presentes, o conhecimento que tinha da história dos Tremembé, procurando também, por sua vez, e assim como nós, conquistar a simpatia do "povo da Varjota". Dormimos esta noite no próprio Salão Comunitário.

No dia seguinte, guiados pelo filho de seu Agostinho, nos dirigimos, na companhia de Marcos Guilherme, para a Tapera. Maria Amélia voltaria pelo rio e nos encontraria no fim da tarde na Almofala: ela não gosta de circular pela Tapera.

A Vila Tapera Du Coco é a área mais conflituada da região: seus moradores foram expulsos da área onde moravam pela referida empresa — que inclusive dá nome à vila — com a promessa de melhoras na qualidade de vida e de urbanização. O que percebemos é que naquele arruado de casas, uma quase caindo por cima da outra, a maioria dos habitantes servia como mão-de-obra barata nos projetos de irrigação e de cultivo da empresa. São expropriados: não têm terra, seus quintais ficam impressados numa estreita faixa de terra entre o rio e a cerca da empresa.

Lá conhecemos a cega Isaura e o Tremembé Estevão Henrique, que teceu considerações sobre a situação de pressão e apreensão em que viviam. Foi ele o primeiro que nos fez um desenho dos limites da "terra da santa", da "terra do aldeamento

dos índios Tremembés": duas léguas em quadro, da Lagoa do Moreira aos bambuzeiros, destes ao Córrego Preto, deste às almexeiras no Forno Velho e daí até a Lagoa Luís de Barros para o mar. Todos, em todo e qualquer lugar de Almofala, sabem contar a história da "terra da santa" e apontar os limites do aldeamento, com variações apenas em nomes ou eventos da história, mas que são basicamente os mesmos. E todos, ou melhor, a maioria sabe que tem direito a estas terras e exige que elas voltem para as mãos dos índios da Almofala.

Almoçamos na casa de Estevão Henrique, e seu filho João, que um mês mais tarde seria assassinado, nos ajudou a atravessar o rio até o Urubu, onde, por insistência de Marcos Guilherme paramos para fazer uma visita ao vice-prefeito de Itarema e sua esposa — José Maria Monteiro e Djanira.

Foi uma conversa marcada pela antipatia e desinterse do vice-prefeito e pela eloquência de sua esposa. Nessa ocasião nos informamos sobre articulações políticas locais, o assassinato de Afonso Fontes e outras questões a respeito da política municipal sem sequer termos perguntado nada. Marcos Guilherme fez a nossa vez de entrevistador. Foi um exemplo de como essa situação informal e não planejada é capaz de gerar dados interessantes. Seguimos viagem pelos Torrões e voltamos pela praia (trajeto 3), tendo ao final destes três dias percorrido uma significativa parcela da área dos Tremembé e conhecido boa parte daqueles com quem voltariamos a travar contato e seriam os nossos futuros anfitriões.

No fim do dia ainda recebemos a visita do cacique Vicente Vianna e Aldenora, sua esposa, nos quartos onde estáva

mos hospedados. As perspectivas de desenvolvimento de trabalho eram boas, os dados que havíamos coletado informalmente já eram bastante vultosos, o caderno de campo pululava de anotações; mas como dar conta de uma área tão grande no pouco tempo que tínhamos e, mais ainda, como fazer os dados daquela situação fazerem-se ouvir pela ficha?

Na semana seguinte em Fortaleza visitamos algumas instituições locais, fomos a uma reunião da Comissão Geral nas Capoeiras e reencontramos com os professores da UFC para fechar a data do seminário.

O calendário estava dentro do previsto: no dia 9 estaríamos indo para a área Tapeba. Henyo retomaria contato com a Lagoa dos Tapeba, as Pontes e o Trilho, enquanto Guilherme percorreria as áreas mais próximas ao núcleo urbano (Capoeiras, Açude e Cigana, que são na verdade bairros da zona metropolitana de Caucaia) e a Barra Nova, próxima à praia de Icaraí.

Havíamos privilegiado proceder assim pelos seguintes motivos: para Henyo era importante retomar contato com as áreas visitadas não apenas para sedimentar relações, mas, principalmente, para avançar algumas questões na etnografia da organização econômica das atividades que o grupo desenvolve (mormente o "trabalho na palha" na Lagoa dos Tapeba), bem como para testar o rendimento da "Ficha Para Coleta de Dados Sobre TIs" numa aplicação mais formal, pois já gozava de relativa penetração nos grupos locais indicados; para Guilherme seria interessante percorrer áreas onde a presença de Henyo havia sido residual justamente para não gerar cobranças, expectativas e comparações com a atividade desenvolvida anteriormente, e mesmo a

nível de comportamento individual. Da mesma forma, e pelos mesmos motivos, ele teria possibilidade de sedimentar relações resultantes do seu próprio desempenho na área, apesar do curto tempo que teria.

Na reunião das Capoeiras, na quarta-feira dia 6 de janeiro, Henyo marcou a sua ida para o Tapeba e Guilherme travou contato com seu Fernando, seu futuro anfitrião nas Capoeiras. Foi a oportunidade que tivemos, também, para conhecermos Luis Lelê, Tapeba que morou durante muito tempo nas Pontes e à época encontrava-se sem residência fixa. Um raro exemplar de ser humano. Foi também uma oportunidade para Guilherme se acclimatar mais com os Tapeba e conhecer o lugar por onde ia começar o seu trabalho.

Deve-se abrir um parênteses aqui para dizer que, até então, não havíamos chegado a um acordo com Sérgio, nem com José Cordeiro, sobre a ida à área dos Genipapo-Canindê em Aquiraz. José Cordeiro, ex-coordenador da Equipe de Pastoral, havia feito há três anos atrás uma visita à Lagoa da Encantada, em Aquiraz, e descoberto elementos que ele acreditava serem descendentes dos extintos Genipapo-Canindê da serra do Baturité.

Interessa-nos de perto estender o levantamento até este grupo, pois assim teríamos um quadro muito mais amplo e variado da situação dos grupos étnicos no Ceará, como era nosso desejo. Tinha nos sido recomendado insistir até onde fosse possível para que tal área fosse percorrida pelo levantamento, ou, se não, que pelo menos fizéssemos uma rápida visita à área para podermos traçar um quadro aproximado da situação. Como não conseguimos achar outra data, marcamos um encontro com Cor

deiro para o almoço no sábado, dia 9, mesmo dia em que estaríamos indo para a área Tapeba. Sem problemas: Guilherme seguiria viagem e eu iria ao almoço e voltaria à tarde para Caucaia.

Demoramos a sair para Caucaia pela manhã, pois antes passamos na Caritas para pegar dois sacolões básicos para levar para Francisca, mulher de Sivirino, representante da Lagoa dos Tapeba na Comissão Geral. Sivirino havia sido internado no hospital de Maracanaú, para sofrer uma intervenção cirúrgica no pulmão devido a uma cicatrização inflamada de um antigo ferimento à faca. A Arquidiocese havia se comprometido a ajudar a sua família que, até aquela dia, estava desesperada sem nem mesmo saber aonde ele estava internado.

Levamos os sacolões até a Vila dos Tapeba, na Kombi. Em lá chegando encontramos Alfredo, Zé Augusto, Eliane e Narciso com vários sacos de mandioca à espera de um transporte que, para variar, havia "furado" com eles. Na reunião da Capoeira Henyo foi informado de que, de fato, seus antigos anfitriões (a família extensa ligada a seu João Coco) estariam numa "farinhada" numa casa de farinha no Capuan, a qual, inclusive, sabia onde ficava. Mas, mais de uma vez, não havia aparecido o carro que combinavam iria buscar a mandioca para levar até a casa de farinha. A Kombi fez às vezes de caminhão e tocamos para o Capuan. Em seguida deixamos Guilherme e Seu Fernando, que havíamos apanhado nas Capoeiras, bem como Chicada, que havia subido na Lagoa dos Tapeba, na praça da Prefeitura de Caucaia. Segui a tempo para o almoço com Cordeiro.

O fato é que Cordeiro acreditava que seria prejudicial para o grupo, ou melhor, que seria precipitado de nossa

parte fazer um levantamento como este num lugar onde a dimensão étnica ainda não estava desenvolvida. Argumentei que só o fato de uma equipe de pesquisa estar na área já era o bastante para ativar a diferença étnica do grupo. Começamos longamente sobre uma série de assuntos e acertamos fazer uma visita de um dia na terça-feira dia 19 de ^{JANUÁRIO} fevereiro, aos Genipapo-Canindé de Aquiraz. Isso obrigaria nos deslocar de Caucaia para Aquiraz no meio do desenvolvimento do trabalho na área da Tapeba.

Permanecemos na área Tapeba do dia 9 ao dia 23 de janeiro, tendo Henyo percorrido, mais uma vez, a Lagoa dos Tapeba, o Trilho e as Pontes, enquanto Guilherme percorria as Capoeiras, o Açude, a Cigana e a Barra Nova.

Henyo conseguiu avançar bastante em termos de dados sobre organização econômica das atividades produtivas; sobre saúde e educação, principalmente; sobre calendário de festas e rituais; sobre situação da terra (tendo esboçado dois mapas sig nificativos e com várias informações sobre o Trilho e a Lagoa dos Tapeba) (5); e outros itens, como os relacionados àquela farinha específica em que tinha acabado de participar e que documentou fotograficamente.

Temos procurado trabalhar dentro da perspectiva de que a história, possível, de um grupo étnico é sempre a história de seu contato, procurando relativizar e criticar a postura de entender tais grupos como unidades autônomas, autocontidas e sem história, colocando sempre os grupos em situação e no contexto da realidade local. Ora, se a perspectiva é relacional e o painel que se pretende dar é generalizante (visando a constituição de uma ficha temática sucinta por área, ou al

deia) porque privilegiar informantes do grupo ao invés de buscar em várias instâncias (sem deixar de qualificá-las) as informações que se julgam necessárias, principalmente se os elementos do grupo em questão não se encontram capazes de prestar tais informações?

Foi pensando assim que a dinâmica da pesquisa se alternou entre trabalho na área e visitas às agências oficiais. Guilherme foi por uma vez às Secretarias de Saúde e de Educação. Nós dois fomos juntos ter com o Padre Vital, clérigo titular da Paróquia de Caucaia; com Dr. Raul, Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de Caucaia; e com os técnicos da Agência do IBGE de Caucaia. Devemos confessar, porém, que se os informantes locais não foram capazes de prestar certas informações, os informantes oficiais muito menos. Não queremos dizer com isso que as visitas a estas agências e representantes oficiais foram de todo infrutíferas. Podemos não ter conseguido as informações que desejávamos mas pelo menos obtivemos um perfil de atuação desses órgãos e os princípios que os guiam, o que é de fundamental importância, já que o resultado da atuação deles vai se refletir nas esferas localizadas onde residem os Tapeba.

Durante este período circulamos francamente por Caucaia, de uma área Tapeba a outra, de ônibus, a pé, em lombo de burro, e nos encontramos por duas vezes: a primeira em Caucaia para visitar as agências listadas e a segunda em Fortaleza para irmos a Aquiraz visitar os Genipapo-Canindé.

No dia 19, conforme combinado, Sérgio me pegou no Trilho de carro, apesar dele não ter participado da visita à

rea. Fomos na Companhia de José Cordeiro, Océlio (assessor de Hilário Marques, deputado estadual pelo PT, na Assembléia Legislativa do Estado) e o motorista de Hilário. Aquiraz, assim como Caucaia, é município da região metropolitana de Fortaleza, distando 28 km da capital.

A passagem que se descortinou diante de nós foi a sustadora: praias belíssimas cercadas. A especulação imobiliária chegou violentamente às praias do Aquiraz. Fomos de carro pelo litoral até entrarmos para o distrito de Pindoretama. Foi no mercado central que conseguimos um guia, seu Francisquinho, vendedor de frutas, que se dispôs a nos guiar até a Lagoa da Encantada, a "lagoa dos cabeludos" (nome com que são identificados regionalmente).

O lugar mais próximo em que podíamos chegar de carro distava 6 km do local. O tempo não nos ajudou: chovia torrencialmente na região, o que nos impediu de levar máquina fotográfica, gravador e cadernos de apontamentos. Partimos para nossa visita sem nenhum instrumento que não nós mesmos. Em lá chegando, Cordeiro distribui as fotos que havia tirado àquela época em que lá estive. Levava também cópias de dois documentos e uma reportagem de jornal.

A reportagem era sobre um trabalho que havia sido realizado há algum tempo atrás sobre aspectos ecológicos da Lagoa da Encantada. Os dois documentos eram leis da Prefeitura Municipal de Aquiraz: a primeira considerando a área como de preservação ecológica; a segunda desapropriando os imóveis regulares da área para implementação de um parque imobiliário. As pessoas disseram, entretanto, que todos os seus imóveis têm re

gistro reconhecido em cartório e estão completamente regularizados, com tudo em dia.

A paisagem da lagoa é de uma beleza inebriante. A visita transcorreu de uma forma bem amistosa. Rapidamente percorremos os limites da terra, observando e ouvindo com atenção os relatos para procurar não perder nada. Fomos acompanhados e ciceroneados por Dona Maria, que nos contou a história daqueles seis lotes, das formas como eles viviam, do aproveitamento dos recursos naturais. Foi uma visita rápida. Não demoramos mais que três horas no local. De volta a Fortaleza procuramos passar para os cadernos as informações que ainda permaneciam frescas na nossa memória.

No dia 24 de janeiro, domingo, partimos em companhia de Leônia para Almofala. Ainda havíamos ficado alguns dias na área Tapeba: Henyo nas Pontes e Guilherme na Barra Norte. Retornamos da área definitivamente no dia 23, sábado, para viajar no domingo. Não havia tempo a perder. Estávamos ansiosos para voltar a Almofala.

O fato de Leônia estar indo conosco não comprometia de forma alguma o trabalho. Mesmo ela sendo uma pessoa identificada à Maria Amélia, ela poderia, como de fato ocorreu, ajudar-nos a vencer qualquer tipo de resistência que pudesse ser colocada por algum membro do grupo que ainda não tivéssemos conhecido, da vez primeira em que estivemos lá. Dessa vez havíamos decidido encaminhar o trabalho conjuntamente. Não por nenhuma questão metodológica específica, mesmo porque, se fosse essa a nossa preocupação nós deveríamos, aqui também, ter visitado cada um uma área diferente. Só assim o levantamento pode

ria ter tido maior amplitude e maior alcance.

Mas foi justamente por termos sentido uma série de dificuldades de comunicação e intercâmbio no desenvolvimento do trabalho em Caucaia, que decidimos experimentar um caminho diferente, para podermos avaliar depois, comparativamente, o rendimento específico dos encaminhamentos diferentes. Por ser uma área desconhecida, apesar da bem sucedida "visita de reconhecimento", acreditávamos poder trocar uma intensidade horizontal por uma intensidade vertical de pesquisa. Isso implicaria num investimento intenso em certas áreas do que em outras, numa perquirição maior de certos temas do que de outros. Mas o que importava para nós naquele momento era dar densidade ao trabalho, que permitisse uma intimidade maior com a situação e estando juntos para discutir e encaminhar o levantamento, avaliar as práticas e interpretações, o rendimento poderia ser maior para o pouco tempo que tínhamos. E de fato foi. Para usar uma expressão de Guilherme: "tiramos leite da pedra".

Realizar um censo de residências e de população para aquela área toda nos parecia uma tarefa mais do que hercúlea. Porque não dizer absurda, para os 15 dias que se ficaria na área. Só a sede do distrito (Almofala Pequena) somava 346 residências em 1986. Isso sem contar que não houve possibilidade de visitar a totalidade dos grupos locais do distrito, onde a quase totalidade da população é "de dentro do aldeamento", ou seja, Tremembé. Sem falar que há notícias da existência de índios Tremembé para além do distrito de Almofala, em outros distritos de Itarema, como Patos, Sto. Antônio e Capim-Açu.

Resolvemos tomar como base aproximada para nossa ori

entação em campo o levantamento que Marcos Guilherme, o fotó-
 grafo, realizou em 1985, para o ano de 1984 e que reproduzimos
 abaixo. Tal levantamento, como já indicamos anteriormente, foi
 feito junto ao guarda da SUCAM que atuava na área. A SUCAM é
 o único órgão que tem isso organizado sistematicamente: número
 de residências e de habitantes por unidade administrativa. Ca-
 be observar que o mapa de Itarema que nos foi cedido por Maria
 Amélia, e o único que a Prefeitura de Itarema possui, conforme
 averiguamos posteriormente, trata-se de um mapa elaborado pela
 referida Superintendência de Campanhas de Saúde Pública - SUCAM/
 /Ministério da Saúde.

. Almofoala Pequena	322 prédios, 1.320 hab.
. Barro Vermelho	053 prédios, 190 hab.
. Camboa da Lama	056 prédios, 238 hab.
. Mangue Alto (Torrões)	141 prédios, 513 hab.
. Urubu	070 prédios, 320 hab.
. Curral do Peixe	010 prédios, 054 hab.
. Córrego da Raimunda	005 prédios, 028 hab.
. Panan dos Sales	043 prédios, 179 hab.
. Panan de Baixo	036 prédios, 156 hab.
. Campestre do Rufino	018 prédios, 090 hab.
. Córrego S. Miguel	016 prédios, 062 hab.
. Alegre	041 prédios, 226 hab.
. Lameirão	067 prédios, 278 hab.
. Brejo	012 prédios, 066 hab.
. Comum	011 prédios, 068 hab.
. Boa Vista	013 prédios, 046 hab.

. Cabeça do Boi	006 prédios,	028 hab.
. Poço do Defunto	006 prédios,	015 hab.
. Morro Alto	004 prédios,	028 hab.
. Marcação	008 prédios,	037 hab.
. Aningas dos Mulatos	014 prédios,	060 hab.
. Águas Belas	016 prédios,	053 hab.
. Lagoa do Gengibre	046 prédios,	187 hab.
. Saquinho	030 prédios,	125 hab.
. Ilha da Dona Sinhá	014 prédios,	062 hab.
. Lagoa Seca	006 prédios,	001 hab.
. Boca da Picada	001 prédio,	007 hab.
. Lagoa do Boi	005 prédios,	004 hab.
TOTAL (1984)		1.070 prédios, 4.441 hab.

OBS: Segundo a plotagem da Almofala Pequena que mencionamos a sede do distrito sofreu um aumento da concentração residencial de 7,4% em dois anos. Segundo informações que recebemos de Zê Alferes, tudo indica que a população sabe operar com a classificação da SUCAM, muito poucos, porém, como ele, sabem fornecer o número de residências de cada lugarejo. Foi ele que nos salientou que, em 86, sete residências da Camboa da Lama passaram a integrar o Mangue Alto, o que altera os dados referentes a esses dois povoados na listagem acima. Não acrescentamos aqui os dados sobre a área da Varjota, que originalmente não constam desse levantamento de Marcos Guilherme.

Tínhamos pensado em começar o levantamento pela Varjota e vir cobrindo a área de Almofala do outro lado do rio até a sede do distrito. Era mais lógico começar da área mais distante

da sede e vir voltando. Mas as circunstâncias de nossa chegada alteraram os planos. Fomos ter direto com Zeza e Raimundo para saber se haveria possibilidade de atravessarmos para a Varjota ainda naquele dia ou logo pela manhã do dia seguinte. Encontramos o casal e seu filho Vilemar saindo para uma celebração no Urubu. Como nunca havíamos assistido a uma, resolvemos acompanhá-los na esperança de encontrar alguém da Varjota na celebração.

Ao saberem de nossos planos, Zeza e Raimundo logo nos desaconselharam dessa "idéia louca" de ir para a Varjota, convidando-nos a pernoitar com eles no Barro Vermelho e começar o nosso trabalho pela Almofala. À medida que seguíamos para o Urubu, fomos conhecendo várias pessoas que também estavam indo para a celebração, inclusive o celebrante do dia, Horácio, também Tremembé. Como nossa acolhida na celebração foi muito boa, resolvemos ceder aos argumentos de Zeza e Raimundo e começar pelo Barro Vermelho a nossa enquete.

Estabelecemos, assim, a seguinte dinâmica de pesquisa. Ficamos hospedados uma semana na casa de Zeza e Raimundo, na companhia de seus filhos Vilemar e Diula e o filho desta, neto deles, com quem desenvolvemos um relacionamento bastante afetuoso. Eles eram nossos informantes privilegiados e primeiros; Zeza foi quem nos orientou nas nossas andanças e visitas; com eles discutíamos todos os temas da nossa enquete e eles nos proporcionaram um excelente material. Zeza nos levou a conhecer várias famílias em diversas áreas diferentes. Não privilegiou "o povo das comunidades" em detrimento dos outros: nos levou para conhecer gente com quem ela até não se relacionava mui

to bem, apenas porque achava que eram pessoas importantes de conhecermos, que tinham estórias para contar e que podiam contribuir para o nosso trabalho. Sua presença de espírito e sagacidade marcaram essa etapa do trabalho.

Percorremos assim, através dessas visitas, por vezes rápidas, por vezes demoradas os seguintes grupos locais: Barro Vermelho, Mangue Alto, Urubus, Camboa da Lama, Saquinho, Panan de Baixo, Panan de Cima, Lameirão e Almofala Pequena (parte da região dos "Caboré das dunas"). Algumas visitas foram infrutíferas, contrastando com outras, bastante proveitosas, tanto do ponto de vista das informações sobre os temas da enquete quanto como do ponto de vista do relacionamento. As entrevistas e os encontros que tivemos com Dona Joana e Seu Eduardo, com Vicente Vianna e com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itarema, José Raimundo, foram marcantes.

A quantidade e a densidade dos dados que obtivemos com relação à educação, saúde, política (principalmente) e a gências de contato. A possibilidade de plotagem em mapa das formas de ocupação do solo, das propriedades, e da área de atuação dos grileiros foi dificultada pela magnitude da área e pela inexistência de mapas adequados. Listamos, porém, os principais conflitos ocorridos na região, mapeamos situações específicas, colhemos depoimentos que refletem a representação do grupo sobre a terra em que vivem, observamos — no começo das chuvas — algumas famílias preparando as roças de milho, feijão e mandioca, tendo coletado dados sobre formas de plantio e organização do trabalho, listamos algumas das atividades ligadas ao calendário católico do qual elas participam.

Visitamos a Prefeitura de Itarema uma vez: para colher dados oficiais sobre as escolas do município (3) e as escolas comunitárias para as quais a Prefeitura também contribui com subsídios, tendo assistido também a uma reunião de distribuição de material escolar na escola no Barro Vermelho, da qual Zeza é merendeira.

Na semana seguinte prosseguimos com a enquete já na área da Varjota, onde permanecemos do dia 1 ao dia 4, tendo, no último dia, feito uma visita à Vila Tapera Du Coco. Lá nos hospedamos na casa de Waldir e Diana e na casa de seu Agostinho. Tivemos oportunidade de assistir a um "rêzo" (uma variação de uma festa de reizado) e de conversar mais uma vez com toda a comunidade no salão comunitário sobre os problemas que eles estavam enfrentando naquele momento.

Mapeamos o conflito entre os "redeiros" da Almofala e os "taurafeiros" da Varjota: conflito sério que implicou em que os associados do sindicato da área da Varjota deixassem de pagar ao sindicato e passassem a boicotar seu presidente. Histórias do conflito do povo da Varjota com a Du Coco e a vitória com o reconhecimento do usucapião coletivo. Percorremos os limites dos 397 hectares de terra. Fizemos uma importante entrevista com Zé Raimundo e seu Agostinho, conjuntamente. Coletamos dados sobre as principais atividades econômicas desenvolvidas naquela comunidade: confecção de redes, artesanato de palha, agricultura e pesca.

A visita que fizemos à Tapera foi rápida. Mais para cumprir um compromisso que havíamos assumido com Estevão Henrique, em função do assassinato do seu filho João, numa briga

com um vizinho, e a cujo enterro assistimos quando ainda estãvamos no Barro Vermelho na casa de Zeza, tendo o cortejo passado lá em frente. Havíamos prometido participar de um terço que eles iam tirar para o finado. Como tínhamos sido alertados pelo pessoal da Varjota para não nos demorarmos muito na Tapera, por ser uma área conflituada e pela presença constante de vigias e reparadores da firma dentro da vila (um deles, inclusive, Tremembê: o irmão de Estevão), assim procedemos e não resolvemos nos arriscar muito. Participamos do terço e fizemos uma demorada entrevista com Estevão, que enfrenta a situação de isolamento diante da vila de empregados da Du Coco que é a Tapera.

No dia seguinte, dia 5 de fevereiro, seguimos para Itapipoca, onde tínhamos marcadas duas entrevistas: uma com o Bispo da Diocese de Itapipoca (ã qual está subordinada a paróquia de Itarema), Dom Benedito; e outra com os membros da CPT. Maria Amélia insistiu para que a entrevista se realizasse e nós acabamos concordando com a idéia: não só era uma forma de sensibilizã-los para a questão da etnicidade do grupo como uma oportunidade para obter informações sobre a estrutura da agência e sua forma de atuação. Da reunião com a equipe da CPT, Maria Amélia (que anotava avidamente todos os pontos da discussão) e os membros da mesma: o advogado, Dr. Pinheiro, a Irmã Beth e mais dois leigos que participavam da atuação. Falamos muito mais do que perguntamos. Fizemos uma demorada exposição do nosso trabalho e geramos curiosidade no grupo.

O fato é que a CPT vem atuando na área da Varjota sem levar em consideração a dimensão étnica (não é o momento

de avaliar se se trata de uma estratégia positiva ou não para o grupo) e Maria Amélia queria mostrar-lhes que havia pessoas preocupadas e trabalhando em cima desta questão. A Irmã Beth (Elizabeth), estrangeira, foi a que mais interveio. Um dado sobre a Irmã: ela encontra-se sob ameaça de morte pelo vigário titular da paróquia de Itarema, o Padre Aristides (a quem os Tremembé se referem como "o Aristides", pois, para eles, "chamar um homem daqueles de padre é um pecado").

Padre Aristides é dono de terras na Barbosa, área próxima à Varjota, e é acusado de grilagem e práticas expropriadoras. Está conluiado com os interesses da Du Coco e, recentemente, foi acusado como um dos mandantes do assassinato do candidato a Deputado Federal Afonso Fontes. Monopolista, proíbe a entrada de qualquer outra representação da igreja na sua paróquia e atua de forma paternalista. Daí as pressões que Irmã Beth vem recebendo e daí o fato de Maria Amélia dissimular sua ligação com o CIMI.

A reunião com o Bispo, Dom Benedito, foi rápida. Ele já havia recebido um exemplar do TIB e ficou muito satisfeito com o trabalho que vínhamos desenvolvendo. Prometeu olhar pelos Tremembé. Tive que deixar a reunião no meio, pois estava a caminho de volta para Fortaleza com Maria Amélia e Pinheiro, que se comprometeu em enviar, assim que fosse possível, cópias dos autos do processo em que o povo da Varjota obteve o reconhecimento do usucapião coletivo sobre aqueles 397 hectares de terra.

NOTAS

- 1) Os temas encontram-se indicados por algarismos romanos. São 10. Os subitens temáticos encontram-se indicados por letras do alfabeto e numerais cardinais.

- 2) Deve-se lembrar que Henyo Barretto Fº já esteve na área Tapeba entre novembro de 1986 e janeiro de 1987 realizando trabalho de campo. Produziu-se após essa etapa de pesquisa na área dois textos: um "Relatório de Atividades" denso e qualificativo e um texto sobre as atividades econômicas desenvolvidas pelo grupo: "Economia Tapeba — atividades econômicas e suas formas de organização". Afora esses dois trabalhos, há uma grande quantidade de material que serve aos intuitos do trabalho que ora se desenvolve. Isso sem contar a sedimentação de relações com membros do grupo étnico e das agências locais.

- 3) O Torém não tem nenhuma relação com o Toré, como se acredita, nem é mesmo uma variação deste. Recolhemos farto material sobre esta dança (livros, artigos, ensaios, canções gravadas) e tudo atesta tratar-se de uma manifestação única e típica de Almofala. Trata-se de uma dança mimética, onde se imitam animais da fauna regional ao som de versos em língua Tupi, em Português e em uma língua não identificada (que acredita-se ser a língua Tremembé, um tronco linguístico independente), falando destes animais. Dança-se normalmente em outubro, mês do caju e do mocororô (suco de caju

fermentado).

- 4) As celebrações evangélicas, que começaram a ser instituídas nesta região a partir da atuação da Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Itapipoca na área da Varjota, ganharam peso e se expandiram para Almofala. Nem todos ali pertenciam ao "povo das comunidades", ou ainda o "pessoal da celebração", como seu Raimundo e dona Zeza. Os que não pertencem, acusam o "povo das comunidades" de estarem querendo tirar a terra dos outros; o "pessoal da celebração", por sua vez, faz o possível para que cada vez mais ou outros escutem o Evangelho e deixem de ser alienados e passem a reivindicar os seus direitos — o que deixa claro o bias político da atuação pastoral na área e que tem gerado uma forte organização e união dos que são atingidos por esta.

FICHA PARA COLETA DE DADOS SOBRE TIs
Unidade de Pesquisa: Aldeia

Esta ficha tem como unidade básica para informações a aldeia. No caso de diferenças sociais significativas procure apresentar as posições assumidas por diversos membros da aldeia, ou preencha uma ficha para cada "tipo" de informante. Indique sempre que possível como foi obtida as informações.

Para que possamos avaliar os resultados desta ficha, é fundamental que você procure indicar as dificuldades nas respostas ou obtenção de dados, não deixando perguntas sem resposta.

I. DADOS GERAIS

- a) Nome(s) da aldeia (dar também o nome nativo, caso exista):
 - como está organizada
 - como é denominada pelos regionais e índios (aldeia, povoado, vila...)
- b) Povo. Denominação geral e auto-denominação:
- c) Município e distrito:
- d) Unidade da Federação:
- e) número de casas (diferenciar no caso de "povoado-misto", índios e não índios):
- f) estimativa de habitantes por casas (em média):

II. TERRA

- a) Características do solo e vegetação
 - Cond. situação mais usual (arido, pantanoso, etc.)
 - Fecundidade do solo segundo os índios
- b) Mapeamento do uso do espaço e recursos naturais (use um mapa para plotar os itens, se possível):
 - rocas (tipos diferente - varzea, solo firme...)
 - capoeiras
 - áreas de pesca
 - áreas de caça
 - áreas de coleta
 - cemitérios
 - outros pontos de significação socio cultural.
- c) Comunicações:

- Comunicações com aldeias da mesma terra indígena;
- Comunicações com aldeias de outras TIs do mesmo povo;
- Cidades mais próximas:
(Descrever caminhos, vias fluviais, etc. e distância (em tempo e/ou metragem))

d) Existe ou existiu iniciativas dos índios de reivindicação de uma área de terra, como ela se dá ou se deu (localização, o tamanho e a fonte para esta informação; lembrar a possibilidade de limites por acidentes naturais ou fatores culturais)

e) Iniciativas oficiais ou não oficiais de regularização fundiária (descrever todos os casos, agentes, contextos e resultados).

- f) A área está demarcada? no caso positivo indique:
- quem a realizou (empresa, FUNAI, índios, DSG)?
 - quando foi e como transcorreu?
 - os marcos permanecem até agora?

g) Terra indígena a que pertence a aldeia

III. INVASÕES

1. Quais os tipos de invasões que ocorrem no espaço desta aldeia? Especifique quais pessoas, órgãos ou pessoas envolvidas.

- a) Fazendas
- b) Grileiros
- c) Arrendatários (Gerentes)
- d) Colonos
- e) Posseiros
- f) Extratores (seringueiros, madeiros, pescadores caçadores, etc.)
- g) Turismo
- h) Garimpeiros
- i) Empresas mineradoras
- j) Prospecção de petróleo ou gás
- k) Estradas ou Ferrovias (municipal, estadual ou federal? projetada ou construída? Asfaltada? Intensidade do tráfego)
- l) Hidrelétricas, barragens, linhas de transmissão (indicar também pequenas fontes geradoras de energia: pequenas usinas, açudes, etc.)
- m) Militares:
 - área de treinamento
 - vizinhança de guarnições
 - portos ou aeroportos
 - trânsito

2. Relacionar os casos de conflitos ocorridos, indicando data, partes envolvidas e desdobramentos.

3. Qual a interferência destas invasões na vida econômica e social deste grupo local? (relacione com o item "b" da parte "II.

TERRA")

4. Há invasões em outras aldeias da mesma terra indígena?
Há alguma forma de resistência surgida face a estas invasões?
Há alguma articulação entre aldeias com formas comuns de organização para fazer frente a estas invasões?

IV. ECONOMIA

a) Listar todas as atividades económicas desenvolvidas na aldeia (inclusive artesanato e trabalho assalariado).

b) Indicar os principais instrumentos de trabalho e suas formas de circulação e apropriação por membros do grupo (tomar depoimentos distintos para situações distintas).

c) Como ocorre a comercialização dos excedentes: quem o faz, o local e forma de pagamento e indicar se há formas alternativas.

d) Como ocorre o abastecimento de mercadoria: quem o faz, local e forma de pagamento e indicar se há forma alternativa.

e) Quais as possibilidades de desenvolvimento económicos que você enxerga tanto para a produção, tecnologia, comercialização e abastecimento? E quais são as pretensões mais evidentes dos membros desta aldeia (possíveis e desejadas)?

f) Para o grupo há diferenças significativas ou este fa comparações nos padrões e volumes de produção ou na tecnologia utilizada nesta aldeia e em outras da mesma terra indígena ou do mesmo povo? E você? Descreva-as.?

g) Há articulação entre aldeias da mesma terra indígena ou povo para a comercialização ou abastecimento? Explicar os diferentes papéis assumidos ou inversamente mostrar a analogia de formas alternativas.

V. POLITICA

a) Indicar os expoentes políticos da aldeia (chefe, representante, etc.):

1. Nome;
2. Idade;
3. Características físicas ou comportamentais;
4. Funções que executa (implicadas pelo papel);
5. Título
 - Nome da condição de mandatário
 - Diferenças na língua ou concepções próprias deles
 - Definições que utilizam para os brancos;
 - formas de relações própria do chefe independente desta sua condição política;
 - Tempo que está no cargo.

b) Há alguma relação com chefes de outras aldeias da mesma terra indígena ou povo? Quais são as conexões principais existente entre eles (parentesco, autoridade religiosa, faccionalismo, clientela; mediações com agência de contato, ou movimento indígena)?

VI. EDUCAÇÃO

a) Quais os usos dados à escrita pelos membros desta aldeia? Faça menção à educação bilingüe, no caso de existir.

b) Qual a necessidade que sentem da escola e da educação formal?

c) Existe escola na aldeia?

- Dê o nome da escola e quando foi criada.
- Dê o número e o nome dos professores (especifique condição étnica).
- Quantas séries, turnos e alunos tem?
- Tem merenda escolar?
- Quem fornece o material escolar?
- Quem faz o pagamento e a contratação dos professores?
- Quem dá e como ocorre uma orientação educacional?

d) Há alguma interdependência entre as escolas de diferentes aldeias de uma mesma área? Explique como isto ocorre (professores, supervisão, material...)

VII. SAÚDE

a) Quais são as doenças predominante nesta aldeia? Dê o(s) nome(s), características e como é (são) tratada(s).

b) Recursos de saúde presentes na aldeia:

- enfermaria (quando foi criada, instalações que possui);
- atendente de enfermagem ou monitor (indique curso e capacitação, assim como caso de serem índios);
- remédios (quem fornece? quais os mais usados e os que faltam);
- vacinação (de que? quem faz? quando faz? qual a periodicidade?);
- tratamento dentário (quem faz? o que faz? e qual a sua periodicidade?);
- curadores (quantos são? os nomes? se existem tipos diferentes de? como são chamados? as atribuições que possuem? a formação?)(Como é vista a medicina e os tratamentos da medicina tradicional?);
- pajés (existem? quantos? como se relacionam com a medicina moderna?);
- equipes móveis de saúde.

c) Há alguma interdependência entre os recursos de saúde existentes nas diferentes aldeias da terra indígena ou povo? Explique como isto ocorre (localização do atendimento, implique no deslocamento à outra aldeia, atendentes, remédios,

dentistas, curados, pajás, etc.).

VIII. TUTELA

a) Existe Posto Indígena na aldeia? Indicar:

- ano de fundação;
- encarregado atual;
- número de funcionários residentes (com as funções especificadas);
- instalações (casa, rádio, barco, etc.)

No caso de não existência de PI na aldeia: existe PI na Terra indígena, a qual Posto ela está jurisdicionada?

b) relacione os projetos ou ações econômicas ou de defesa da área realizadas pela FUNAI. Especifique quem fez, o que, quando e os resultados.

c) Como é avaliada a atuação em geral da FUNAI?

IX. AGÊNCIAS DE CONTATO

a) Missões religiosas que atuam ou atuaram na aldeia?

- Quais são?
- Quando iniciaram a atuação?
- Atuação temporária ou permanente?
- Tem igreja na aldeia? quem é o responsável por ela? Há um sacerdote ou um oficiante religioso nesta aldeia?
- Quais os benefícios que a missão traz a esta aldeia? E os malefícios?

b) Órgãos governamentais que se fizeram presente. Listar todos e caracterizar a sua atuação pessoas, épocas, natureza da atividade, avaliação da comunidade.

c) Empresas ou indivíduos. Listar, especificando as atividades executadas e a condição social das pessoas envolvidas.

d) As agências de contato atuam de modo homogêneo nessa e em outras aldeias da mesma terra indígena ou povo? Ou certas aldeias servem como disseminadoras articulando as demais no relacionamento com as agências? Descrever como isso ocorre.

X. MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

a) Quais são os rituais ou festas de que participam os membros desta aldeia? Listar todos estes eventos, distinguindo-os pela periodicidade e obrigatoriedade (os com data fixa, os de data móvel e os de ocorrência variável).

- Quem dirige as atividades?
- Tempo de duração?
- Outras pessoas ou funções envolvidas?
- Significação e importância que a comunidade atribui a isso?

PETI

b) Como os membros de outras aldeias participam destas festas ou rituais?

c) Como os brancos participam destas festas ou rituais? Como é vista essa presença (irrelevante, proibida, importante)?

d) Como as pessoas desta aldeia se diferenciam de outras da mesma terra indígena? Qual a singularidade dessa aldeia, os atributos que lhe são dados e que contrastam com pessoas de outras aldeias?

e) Há uma identidade específica dos moradores dessa aldeia? Quais os elementos caracterizadores dessa crença ou sentimento.

Apêndice

Dados sobre esta ficha:

a)

- Seu nome
- Profissão ou vínculos institucionais
- Contato com a aldeia e área (tempo, tipo, etc.)
- No caso do grupo ter língua própria, você fala a língua nativa?
- Relações que você mantém com as agências de contato.

b) Usou informantes. Dê nomes e qualifique sua posição na aldeia.

c) Sugestões ao questionário e outras observações.

PETI. 23/12/87.

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE CAMPANHAS DE SAÚDE
DIRETORIA REGIONAL DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE ITAREMA

1967
ESCALA APROX. 1:100000

